

PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA

PROGRAMA ELEITORAL | VALONGO | AUTÁRQUICAS 2021

O PAN - Pessoas-Animais-Natureza encara a política como veículo para a mudança que queremos ver no mundo. É por isso que levamos tão a sério a confiança que as nossas e os nossos eleitores depositam em nós e é também por isso que nos dedicamos tão afincadamente no exercício dos nossos mandatos autárquicos. Sentimos a responsabilidade que decorre de sermos a voz de quem nos confiou o seu voto e simultaneamente a oportunidade de podermos contribuir, o melhor que podemos e sabemos, para servir o nosso próximo.

Apresentamo-nos às Eleições Autárquicas 2021 no Concelho de Valongo com um programa eleitoral orientado por uma visão ecocêntrica. Afirmamos que só com uma visão integrada da saúde humana e saúde do planeta, poderemos alcançar aquilo que comumente chamamos de qualidade de vida. Este programa pretende assumir uma resposta aos grandes desafios sociais e ambientais que têm sido enfrentados pelos e pelas munícipes de Valongo.

Organizamos o nosso programa autárquico em doze grandes eixos, que colocam nas e nos munícipes o centro da nossa ação política, com a consagração de propostas que abarcam os vários ciclos de vida das cidadãs e cidadãos e as diferentes dimensões do quotidiano a nível municipal. Para nós o caminho faz-se com políticas que coloquem pessoas, animais e natureza a

coabitar harmoniosamente. É um programa que pretende fazer de Valongo um exemplo a seguir por todos os restantes municípios do país.

AÇÃO CLIMÁTICA E AMBIENTE	1
PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL	14
EDUCAÇÃO	24
SAÚDE, BEM-ESTAR E REALIZAÇÃO PESSOAL	41
HABITAÇÃO E PATRIMÓNIO PÚBLICO	58
PERTENÇA, DIGNIDADE E ACESSO À JUSTIÇA	60
MOBILIDADE E VIAS DE COMUNICAÇÃO	73
ECONOMIA E INVESTIMENTO MUNICIPAL	77
ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO	86
PROTEÇÃO CIVIL E SEGURANÇA	92
PLANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103

AUTÁRQUICAS 2021
PAN, PELAS CAUSAS DE VALONGO

DIA 26 DE SETEMBRO, VOTA PAN



Ação Climática e Ambiente

A pandemia da Covid-19 veio demonstrar que a nossa relação com a natureza é insustentável e nos expõe a perigos de saúde e a custos económicos que põem em causa a vida tal como a conhecemos.

Do ponto de vista económico, o custo da não-ação é em muito superior ao custo da redução de emissões, seja pelos custos de resposta às diferentes catástrofes provocadas pelas alterações climáticas seja pelos custos da adaptação dos territórios às mesmas.

Temos de alterar este paradigma em que vivemos, de lucro financeiro de curto prazo, para um paradigma de valor económico de longo prazo, um paradigma que reflita na economia o real valor dos bens e dos recursos e, assim, possa permitir que as opções dos agentes económicos sejam as melhores para a humanidade, em detrimento do lucro no curto prazo.

É com base nesta mudança de mentalidade que reside a visão do PAN, sendo que as nossas propostas neste eixo de atuação se centram, precisamente, em ações que contribuem para o equilíbrio dos limites planetários, porque todas e todos temos de ser agentes dessa mudança. Sem a nossa casa comum, a vida, tal como a conhecemos, não irá continuar. Nesta visão transversal, todas as políticas municipais de Valongo devem ter como base a intenção de contribuir para a “poluição zero”, criando mecanismos de monitorização, envolvendo as comunidades educativas e a participação cidadã.

Mitigação das alterações climáticas

Entramos no ano de 2021 a menos de uma década do ponto de não retorno. Todos os esforços de redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) são poucos para evitar esta ameaça à vida no Planeta. É por isso fundamental o contributo a nível municipal para a redução das emissões.

Os fatores que mais contribuem para a emissão de gases com efeito de estufa são a pecuária, a alteração do uso do solo, a desflorestação, a energia, os transportes, os resíduos, a agricultura intensiva e a pesca industrial. Assim, propomos:

- Declaração conjunta da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de Valongo da "emergência climática", bem como o compromisso de articular a execução das demais políticas públicas com o combate às alterações climáticas e à mitigação dos seus efeitos;
- Compromisso do município de Valongo no sentido de assumir como uma das suas prioridades tornar-se um município neutro em carbono até 2030.

Energia

A nível da energia, o caminho tem de ser a aposta nas energias limpas, na eficiência energética e na redução da pobreza energética. Assim, o PAN, propõe:

- Que o município de Valongo se deva pautar pelo Direito à Soberania Energética, entendida enquanto o direito das pessoas, comunidades e coletivos, de tomar decisões respeitantes à produção, distribuição e consumo de energia, na forma que considerem mais adequada às suas circunstâncias ecológicas, económicas, sociais e culturais, respeitando a Natureza e as outras espécies;
- Incentivar a microprodução e armazenamento de energias renováveis, com a criação de um pacote municipal de apoio à microprodução de energias renováveis, incluindo tecnologias de armazenamento de energias renováveis em pequena escala, para particulares e cooperativas;
- Criar um balcão de informação municipal sobre soluções específicas para a microgeração;
- Criar base de dados relativos ao consumo de energia e de água, às emissões de gases com efeito de estufa, resíduos, águas residuais, para acesso a todos e todas os cidadãos e cidadãs;
- Instalar equipamentos de produção local de energia renovável para autoconsumo (fotovoltaico e eólico) nos edifícios públicos do município de Valongo;
- Promover ações de sensibilização a funcionárias e funcionários da autarquia e à população em geral, com especial relevância nas escolas, focando boas práticas para a redução de consumos energéticos;
- Criar incentivos para que os privados (investidores e particulares) instalem unidades de produção de energia;

- Criar o “Compromisso Municipal para a Descarbonização”, que passará pela redução, até 2025, de 20% das emissões de gases com efeito de estufa, através de adesão voluntária por qualquer entidade.

Mobilidade intermodal, inclusiva e ativa

Na área da mobilidade, a transição tem de passar por novas formas de reorganização de trabalho e pela aposta numa mobilidade sustentável, suave, intermodal, ativa e inclusiva, através da melhoria da rede de transportes públicos, bem como pelo desenvolvimento de uma rede integrada de eixos cicláveis e de intermodalidade. O apoio ao desenvolvimento de tecnologias mais limpas na mobilidade, como a mobilidade elétrica e os combustíveis neutros em carbono, assume ainda pleno relevo. Esta aposta, para além de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, traduz-se num impacto positivo na qualidade do ar – responsável por milhões de mortes prematuras a nível mundial – e também no aumento da independência energética, com impactos positivos na balança de pagamentos e na segurança energética. Em Valongo verifica-se grande dificuldade de mobilidade nas freguesias de Campo e Sobrado que obrigam ao uso do automóvel.

O PAN propõe:

- Alargar o serviço de transportes públicos STCP até Sobrado;
- Criar transporte circular gratuito para os mais desfavorecidos, que faça o percurso por todos os centros de saúde e hospitais do concelho de Valongo

- Eliminar as barreiras arquitetónicas que persistem nas cidades, que dificultam a inclusão, inviabilizam o acesso aos transportes públicos e uma cidadania ativa;
- Incentivar novas formas de organização do trabalho nas esferas de influência do município de Valongo;
- Promover junto dos empregadores o conceito de horários intercalados, que permita maior melhor qualidade de vida, maior produtividade e redução de trânsito em hora de ponta;
- Criar infraestruturas cicláveis em todas as freguesias do concelho de Valongo.

Resíduos e economia circular

A necessidade de redução da produção de resíduos urbanos e de aumento das respetivas taxas de reciclagem ainda é um desígnio por cumprir em Portugal.

Em março de 2020 foi adotado o Plano de Ação para a Economia Circular pela União Europeia, constituindo esta transição da Europa para uma economia circular um dos principais pilares do Pacto Ecológico Europeu, pois assim será possível reduzir a pressão sobre os recursos naturais, evitar a perda de biodiversidade e caminhar para alcançar o objetivo da neutralidade carbónica em 2030.

Os apoios à economia circular devem privilegiar projetos que contribuam para o desenvolvimento de modelos de negócio circulares como as simbioses industriais, em que se privilegia a reutilização de resíduos de umas indústrias

para outras, bem como incentivar negócios que promovam o arranjo de equipamentos, não esquecendo, o combate ao desperdício alimentar.

Esta nova perspetiva de olhar para os resíduos como um recurso a potenciar permitirá uma redução da sua produção e uma redução do custo das matérias primas, incrementando-se os recursos das empresas para maiores investimentos e crescimento económico, favorecendo a soberania alimentar.

Propomos:

- A implementação do sistema PAYT (*Pay-as-you-throw*) na recolha de resíduos urbanos em todo o território valonguense;
- Criar uma rede de partilha dos excedentes agrícolas com vista a reduzir o desperdício alimentar, promovendo o sentido de comunidade e apoiando pessoas economicamente mais vulneráveis;
- Criar uma bolsa municipal de produtos reciclados prontos a serem de novo utilizados para a produção fabril e de fácil acesso à indústria;
- O investimento na recolha seletiva porta-a-porta de materiais e bio resíduos/orgânicos;
- Apoiar o desenvolvimento de projetos de promoção da reparação de equipamentos, e assim prolongar o seu tempo de vida útil;
- Incentivar ao desenvolvimento de negócios que visem a partilha de equipamentos e ferramentas.

E ainda:

- Criar a figura municipal de protetores dos meios hídricos (“guardarrios”), complementarmente aos vigilantes da natureza;

- Cobrir, a 100%, a rede de saneamento, eliminando as descargas a céu aberto para os recursos hídricos;
- Promover mecanismos que facilitem a reutilização das águas domésticas;
- Reforçar a monitorização e fiscalização de descargas ilegais de efluentes;
- Criar um programa de despoluição e manutenção dos rios Ferreira e Leça e de todos os seus afluentes.

Agricultura

O desenvolvimento da agricultura deve centrar-se em projetos que promovam a soberania alimentar, através da promoção e desenvolvimento da produção local, do tipo biológico, com baixa intensidade na utilização de produtos químicos e baixa intensidade na utilização da água. A aposta neste tipo de agricultura defende, não só, os pequenos produtores e o ambiente como também é fundamental numa estratégia de adaptação às alterações climáticas.

Salientamos, ainda, que as hortas urbanas são projetos importantes no combate à exclusão social contribuindo para a conetividade dos ecossistemas, para a criação de laços dentro das comunidades e, em algumas situações, para aliviar os reduzidos orçamentos familiares.

Assim, o PAN, propõe:

- Promover uma rede de hortas urbanas gratuitas;
- Criar um portal específico para as pessoas usufrutuárias das hortas urbanas da cidade, promovendo uma rede de troca de conhecimentos

e até de sementes e outros produtos e materiais, promovendo paralelamente encontros entre os usufrutuários/os de hortas;

- Apoiar culturas com baixa utilização de recursos hídricos;
- Apoiar projetos e iniciativas de produção agrícola local, nomeadamente os de agricultura biológica;
- Evitar a utilização do herbicida glifosato, privilegiando soluções mais naturais;
- Análises mensais à água de consumo do município e às Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Campo e Ermesinde para deteção de glifosato;
- Tornar públicas as análises da qualidade dos efluentes libertados pelas ETAR de Campo e Ermesinde, nomeadamente os resultados das análises que são periodicamente enviados à APA;
- Promover, através da criação de pequenos mercados junto às áreas das hortas, uma maior sustentabilidade alimentar das nossas cidades e vilas e o consumo de produtos sazonais;

Floresta

A prevenção de incêndios e o reordenamento florestal é fundamental na adaptação do concelho às alterações climáticas, seja pela prevenção de incêndios, seja pela retenção de recursos hídricos. Há a necessidade de incentivar que os proprietários se agrupem de forma a que se maximize os recursos existentes do nosso espaço florestal e que o possamos proteger.

Assim, o PAN, propõe:

- A criação de incentivos a entidades para que se organizem através de modelos cooperativos para a gestão florestal;
- Promover a existência de agro-florestas/policulturas, através da maximização das parcelas e da aposta em espécies autóctones;
- A criação de incentivos à utilização de espécies autóctones e de espécies mais resistentes aos incêndios;
- Incentivar uma regular e adequada gestão da matéria combustível dos terrenos florestais, salvaguardando a preservação do coberto vegetal e do arvoredo;
- O reforço de meios humanos e materiais das equipas de fiscalização municipal tendo em vista, no quadro do pelouro da Proteção Civil e em respeito pela orgânica do Município, o cumprimento das regras de segurança florestal.

Adaptação às alterações climáticas

Nos 5 anos que passaram desde o Acordo de Paris e com todos os compromissos assumidos, a concentração de gases com efeito de estufa passou de 402 partes por milhão para 415 partes por milhão. A partir das 430 partes por milhão, iremos ter um aumento médio da temperatura global de 2 graus celsius, o ponto de não retorno a partir do qual o planeta entra num novo estado climático.

É fundamental a ação imediata dos municípios portugueses na mitigação e adaptação às alterações climáticas, pelo que queremos fazer de Valongo um exemplo a seguir.

Assim, o PAN, propõe:

- Disponibilização de um atlas de risco das alterações climáticas, a nível municipal, que evidencie todos os riscos climáticos, como risco de cheias por zonas, valores previsíveis de disponibilidade de água potável, número previsível de dias com ondas de calor e valores máximos de temperatura expectáveis, mapas de risco de incêndio ajustados aos modelos climáticos e mapas de risco de fenómenos meteorológicos extremos;
- A elaboração de um plano de adaptação às alterações climáticas, a nível municipal, que identifique e calendarize ações, para horizontes temporais em cada 5 anos, enquadrados num prazo de 50 anos;
- Revisão dos instrumentos de ordenamento do território, nomeadamente o Plano Diretor Municipal, com a inclusão obrigatória dos resultados e informação constantes no Atlas de risco das alterações climáticas e do plano de adaptação às alterações climáticas;

Ecosistemas e biodiversidade

Cabe ao município de Valongo um papel preponderante em matéria ambiental, papel que sai reforçado com o alargamento das suas competências em matéria de arborização e rearborização, de gestão das áreas protegidas de âmbito local e cogestão das de âmbito nacional regional a nível das entidades intermunicipais, mas também no restauro, proteção e resiliência dos ecossistemas.

A pandemia de coronavírus (SARS-Cov2) é analisada pela comunidade científica como consequência de uma crise e mudança ecológica globais. Está

ligada às pressões exercidas sobre ecossistemas e à destruição da biodiversidade. A saúde coletiva sofre cada vez mais os efeitos prejudiciais do betão e da densidade urbanizada. Este é o momento de trazer a natureza de volta para as nossas cidades e vilas, dar-lhe um lugar de destaque, devolver-lhe uma vida mais diversa, a fim de conciliar o bem-estar ambiental com o humano.

Em Valongo vivemos uma triste realidade na exploração ineficiente dos recursos naturais associados ao espaço onde está localizado o aterro de Sobrado. Solo, ar e águas estão a ser contaminadas e a saúde pública dos habitantes e estudantes próximos ao local está a ser ameaçada diariamente.

Assim, o PAN, propõe:

- Encerramento responsável e antecipado do aterro de Sobrado;
- Utilizar medidas de mitigação e recuperação da biodiversidade na zona envolvente do aterro de Sobrado;
- Executar corredores ecológicos;
- Criar ligações verdes nas infraestruturas rodoviárias, elevadas ou no subsolo, garantindo a continuidade do corredor ecológico e dessa forma o cumprimento da sua função básica: redução dos efeitos da fragmentação dos ecossistemas e livre circulação de animais;
- Identificar e sinalizar os locais mais críticos em termos de sinistralidade da vida animal e de fauna autóctone, bem como a criação de mecanismos de acalmia de tráfego eficazes nesses locais e a necessária colocação de sinalética;

- Incentivar coberturas e fachadas verdes e a proteção de logradouros não impermeabilizados;
- Renaturalizar e restaurar áreas degradadas e muitas vezes abandonadas;
- Incluir nos planos de arborização do território local de espécies de frutos comestíveis;
- Elaborar um regulamento municipal que estabeleça as regras e normas relativas ao planeamento, implantação, gestão, conservação e manutenção de espécies arbóreas e arbustivas;
- Assegurar que a gestão e manutenção do arvoredado urbano será feito por profissionais especializados, de forma correta e regular, no âmbito de um regulamento municipal de proteção do arvoredado;
- Criar uma aplicação informática interativa que permita visualizar e identificar todas as árvores do município com a programação das intervenções e o estado fitossanitário de cada árvore;
- Promover a alteração dos procedimentos para abate de árvores: o património arbóreo de Valongo é único, demorou anos a crescer e deve ser respeitado.
- Aumentar o investimento na criação de espaços verdes, mas também na manutenção e reabilitação de espaços verdes existentes, garantindo que reúnem as condições adequadas para o seu uso;
- Criar zonas protegidas para polinizadores, tendo em conta a elevada importância destes na biodiversidade;
- Promover a existência de prado biodiverso nos espaços públicos;

- Garantir um controlo preventivo de animais rastejantes que possam constituir um fator de risco para pessoas e animais, como é o caso da lagarta do pinheiro, permitindo que a médio-longo prazo não constitua um problema para as populações. Devem ser sinalizadas as zonas de risco, colocação de cintas no arvoredo que impeça a descida e propagação destes animais e de ninhos que potenciem a presença de determinadas aves, como os chapins que de forma natural controlam o aumento populacional destas espécies.

Proteção e bem-estar animal

A proteção e o bem-estar animal atingiram um patamar de relevo nas sociedades contemporâneas. Partilhamos a nossa existência com uma multiplicidade de animais. No entanto, nem sempre é fácil harmonizar os diferentes interesses em colisão, sobretudo numa sociedade onde predomina uma visão marcadamente antropocêntrica e onde a atividade humana tem consequências extremamente relevantes na existência e na continuidade das outras espécies.

A dignidade dos animais não humanos, designadamente no que toca ao seu interesse à vida e à integridade física e emocional, tem vindo a ganhar relevância e a ser reconhecida de forma transversal nos mais diversos setores da sociedade. Em Valongo temos-nos deparado com uma grande luta voluntária na defesa do bem-estar animal e no regaste de centenas de cães e gatos.

É fundamental apostar na educação e nas ações de sensibilização, devendo Valongo para o efeito dotar-se de meios humanos e estruturais devidamente habilitados e adequados, que lhe permita dar resposta aos desafios impostos pelo decorrer dos tempos em matéria de proteção animal.

É igualmente prioritária a necessidade de uma maior articulação e apoio da autarquia a todos os interlocutores que atuam no terreno. Não conseguimos compreender que em pleno século XXI, num município moderno e desenvolvido como Valongo, não estejam a ser implementadas políticas concretas e eficazes nesta área.

As políticas públicas municipais de Valongo devem assim evidenciar e assumir comportamentos ético-humanitários, aos quais não pode ser alheia a implementação de políticas eficazes de proteção e bem-estar animal.

Reforço dos Direitos dos Animais no Município

- Criação de um Serviço Veterinário Público - rede pública/respostas intermunicipais;
- Criar um Plano Municipal de Proteção, Saúde e Bem-estar animal, dotado de verba orçamental para a sua execução;
- Adotar um Regulamento Municipal de Proteção, Saúde e Bem-estar Animal, que promova uma maior proteção e bem-estar animal na autarquia, nomeadamente no que diz respeito a:
 - detenção responsável, identificação e registo dos animais de companhia, esterilização, sua circulação na via pública, alojamento e execução das respetivas medidas de profilaxia médica e sanitária;
 - funcionamento do Centro de Recolha Oficial de Animais (CROA), garantindo a possibilidade de funcionamento em permanência e o socorro em horário noturno de animais acidentados ou quaisquer outros motivos de força maior e o atendimento ao público em horário pós-laboral;
 - no âmbito dos programas CED - Capturar - Esterilizar - Devolver, identificar, georreferenciar e regulamentar as colónias, bem como credenciar e apoiar os respetivos cuidadores;

- detenção e demais questões relativas a outras espécies, designadamente animais selvagens, silvestres e animais de quinta, regulando também a apascentação de animais e a sua permanência em espaço público e privado e adotando princípios de precaução contra atos que inflijam sofrimento físico ou psíquico aos animais;
- Implementação de fiscalização rigorosa e consequente.
- Assegurar que o produto das coimas decorrentes da aplicação do Regulamento Municipal de Proteção, Bem-estar e Saúde Animal, assim como as taxas municipais relacionadas com esta matéria, ou a parte das mesmas que reverta para o município, devem ser aplicadas num Fundo Municipal de Intervenção Animal criado pela câmara municipal com o propósito de melhorar as condições dos animais do concelho;
- Criar a figura da Provedora/Provedor Municipal dos Animais, a qual deve atuar com autonomia e independência, de forma apolítica e apartidária, e ter por missão zelar pelos direitos e interesses dos animais do concelho, sendo-lhe assegurados todos os meios que permitam exercer a tempo inteiro as suas funções;
- Garantir a contratação de médicos-veterinários em número adequado às necessidades do concelho e que trabalham a tempo inteiro e exclusivo para o concelho de Valongo;
- Promover um Programa Municipal de educação para o bem-estar animal, em colaboração com os estabelecimentos de ensino, as empresas e as associações do município;

- Garantir que os Regulamentos Municipais permitam em habitação municipal a detenção de animais de companhia.

Animais de Companhia

- Alargar e requalificar o CROA de Valongo;
- Promover a criação de um Centro de Atendimento Permanente no CROA, destinado a animais errantes, abandonados ou detidos por pessoas em situação de especial vulnerabilidade socioeconómica que não tenham capacidade para assegurar aos seus animais de companhia os cuidados básicos de saúde ou socorrê-los em situação de emergência e assegurar a entrega e recolha de cadáveres de animais de forma gratuita;
- Criar condições no CROA para o alojamento de animais com zoonoses ou doenças infectocontagiosas, de modo a salvaguardar a saúde dos animais existentes e, em simultâneo, evitar a occisão de animais recuperáveis;
- Garantir a atuação dos serviços médico-veterinários também na comunidade, para que através de um acompanhamento próximo às pessoas e famílias que se encontrem numa situação economicamente e socialmente mais vulnerável;
- Promover a realização de ações de apoio social a pessoas seniores e/ou com especial vulnerabilidade detentoras de animais, combatendo por um lado o seu isolamento e por outro as dificuldades muitas vezes sentidas por esta parte da população relativamente ao suprimento das

necessidades básicas dos animais de companhia, como os cuidados médico-veterinários, a higiene ou o passeio;

- Estabelecer uma rede de Famílias de Acolhimento Temporário (FATs), em colaboração com as Juntas de Freguesia, que permita que os animais possam ser acolhidos antes de seguirem para uma família definitiva.
- Estabelecer projetos com lares e centros de dia para incentivar a adoção de animais e possibilitar que os idosos possam levar os seus animais de companhia para estes locais, tendo em conta o seu papel terapêutico e a mais-valia do estabelecimento de laços afetivos que daí normalmente resulta;
- Realizar campanhas de esterilização permanentes de animais de companhia, incluindo os animais errantes ou abandonados do concelho;
- Dar resposta à problemática do aumento de colónias de gatos silvestres e assilvestrados, através dos programas CED - Capturar - Esterilizar - Devolver, fomentando a sua implementação;
- Implementar projetos alternativos ao CROA, que permitam a realocação de cães silvestres ou assilvestrados para espaços vedados e devidamente controlados, através da criação de “santuários” para a vida animal/parques para matilhas, garantindo a respetiva alimentação, abeberamento e controlo populacional;
- Por uma questão, não só legal, mas também ético-humanitária, de saúde pública e animal, a autarquia deve proceder à alteração dos regulamentos ou posturas municipais que proíbam a alimentação de

animais nas vias e demais lugares públicos, passando a permitir, nomeadamente, a alimentação dos animais das colónias controladas ao abrigo do programa CED e das matilhas. Estas medidas devem salvaguardar sempre a salubridade dos locais definidos para o efeito e a utilização de alimento seco e adequado à espécie;

- Realizar campanhas de adoção periódicas, em cooperação com grupos de ajuda animal, com vista à sensibilização dos munícipes e com o objetivo de se encontrarem lares para os animais existentes para adoção no CROA;
- Implementar o conceito de Animal Comunitário, garantindo a proteção legal dos animais que são cuidados num espaço ou numa via pública limitada, cuja guarda, detenção, alimentação, esterilização e cuidados médico-veterinários são assegurados por uma comunidade local de moradores;
- Assegurar, em articulação com o operador, o acesso de animais de companhia aos transportes públicos, incluindo os cães cujo porte não permite que se façam transportar acondicionados em transportadoras, desde que circulem acompanhados pelo seu detentor e não coloquem em causa a segurança ou conforto dos restantes passageiros;
- Criar parques caninos nas diferentes freguesias do concelho, constituídos por um espaço vedado com vários obstáculos, que permitam que os cães possam correr e brincar soltos em segurança, proporcionando o seu exercício e socialização;
- Proceder à realização de um censo para determinação da população animal, para apuramento dos animais existentes no concelho,

independentemente da finalidade com que são detidos, visando o reforço da fiscalização, da prevenção do abandono, do socorro em caso de incapacidade temporária ou definitiva do detentor, e do bem-estar e saúde animal;

- Promover a desmaterialização dos meios tendentes ao registo e licenciamento de animais de companhia nas Juntas de Freguesia, recorrendo a meios eletrónicos devidamente certificados, bem como à base de dados do SIAC;
- Adicionalmente às isenções já previstas na lei, isentar do pagamento das taxas de licenciamento anual os animais esterilizados;
- Realizar periodicamente campanhas de identificação eletrónica dos animais de companhia;
- Criar uma plataforma online que permita identificar os animais que se encontram abandonados ou perdidos na via pública, proceder à sua georreferenciação e identificação fotográfica e, se for o caso, informar os munícipes da resolução do pedido de recolha do animal;
- Dotar as diferentes forças policiais de atuação municipal de leitores de microchip de forma a permitir a identificação imediata de animais encontrados na via pública e respetivos detentores, assim como de meios humanos e formativos para garantir uma melhor atuação, ao mesmo tempo que se alarga o horário de intervenção, incluindo horas noturnas, fins semana e feriados;
- Instalação de abrigos para gatos nos parques urbanos do concelho.

Equídeos e outros Animais de Quinta

- Garantir a existência de soluções que permitam a recolha de equídeos que sejam vítimas de maus-tratos ou que se encontrem abandonados ou a deambular nas vias e lugares públicos, através do CROA ou de protocolos com entidades privadas;
- Promover campanhas de sensibilização no sentido de ser proporcionada sombra e proteção contra intempéries a equídeos e outros animais de quinta;
- Assegurar, diretamente ou em parceria com associações ou entidades privadas, a existência de locais de acolhimento de animais de quinta, conhecidos como santuários ou refúgios de vida animal, que constituam espaços pedagógicos para as crianças e jovens sobre o respeito para com os animais.

Fauna Urbana e Animais Silvestres

- Promover ações de informação e sensibilização da população, que não passe pela estigmatização de pombos. Deve ainda ser possibilitado o acolhimento e tratamento de animais feridos no Centro de Recolha Oficial;
- Criar um Centro de Recolha para Animais Selvagens (CRAS), no sentido de facultar apoio veterinário ou outros cuidados, com vista à sua recuperação para serem devolvidos ao seu meio natural;
- Proibir a atividade cinegética em terrenos que sejam propriedade ou que estejam na posse da autarquia, exercendo o direito à não caça, bem como não conceder qualquer tipo de apoio institucional,

nomeadamente de cariz financeiro ou a cedência de outros benefícios ou isenções, a esta atividade;

- Promover a realização municipal de censos e monitorização das espécies sujeitas a exploração cinegética, com o objetivo de avaliar o estado de conservação das populações.

Segurança, Emergência e Proteção Civil

- Criar o serviço municipal de emergência animal, que possibilitará o transporte de animais 24 horas por dia em situações de emergência, designadamente animais atropelados ou que careçam de ser transportados pelos seus detentores para clínicas veterinárias e CROA, quando estes não disponham de capacidade de se deslocar pelos próprios meios;
- Criar equipas técnicas multidisciplinares, integrando médicos-veterinários municipais, biólogos e assistentes sociais, para reforçar a fiscalização da proteção e bem-estar animal pelas autoridades competentes, com vista à prevenção dos crimes contra animais e permitindo uma atuação mais célere, concertada e eficiente, nomeadamente na verificação das condições de alojamento e bem-estar animal e, sempre que necessário, nos procedimentos inerentes à apreensão cautelar dos mesmos;
- Assegurar a revisão dos planos de contingência municipal, de proteção civil ou de estratégia de intervenção, nomeadamente em caso de catástrofe, acidente ou desastre natural e em situações climatéricas extremas, criando unidades multidisciplinares de salvamento e resgate

animal que integrem médicos-veterinários. Deve ainda ser garantida a inclusão dos animais das pessoas em situação de sem-abrigo, permitindo o seu acesso aos espaços existentes, sejam de acolhimento temporário ou casas-abrigo.

Educação

Para o PAN, nas escolas deve aprender-se a voar, criando-se todas as condições para essa aprendizagem. É nesse desafio maior que fundamentamos as nossas propostas.

É necessário rever e transformar as políticas educativas. Desde logo, reforçando a verdadeira autonomia das escolas, a implementação de um modelo de gestão democrática, por oposição à nomeação de direções frequentemente reféns de poderes constituídos.

O PAN considera que Valongo deve ser promotor de Educação para a Cidadania, imprescindível para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres, em diálogo e no respeito pelas outras, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo, tendo como referência os valores dos direitos humanos.

Nesse sentido, são compromissos do PAN:

- Influenciar para que os agrupamentos escolares e escolas não agrupadas possam decidir sobre a constituição de turmas, organização dos horários, apoio a crianças que dele necessitam ou a organização de estruturas intermédias de gestão;
- Promover o debate sobre o modelo educativo atual;
- Reforçar a internalização das refeições escolares nos equipamentos educativos.

Planeamento Educativo do Território

No âmbito das competências municipais, o Planeamento Educativo do Território assume um papel essencial. Partindo da Carta Educativa, um documento de planeamento estratégico revisto de 10 em 10 anos, o município planeia o ordenamento da rede de equipamentos educativos, pautando-se por critérios de eficácia e eficiência, racionalização e complementaridade, quer a nível dos recursos, quer a nível das ofertas educativas. Este instrumento obrigatório exige um conhecimento profundo da realidade educativa concelhia, seus atores e contextos, bem como a sua relação com a realidade de outros territórios adjacentes, e realidades regionais e nacionais.

O PAN entende que no planeamento educativo de Valongo é essencial:

- Criar uma rede integrada de recursos e respostas educativos do setor público, social e solidário, que garanta a possibilidade de rentabilização de espaços educativos (por exemplo: bibliotecas; espaços desportivos) e promova a partilha de boas práticas educativas com a comunidade;
- Garantir, em articulação e complemento com o Estado Central, equipamentos de creche e educação pré-escolar de qualidade, conducentes à total cobertura de necessidades das freguesias do concelho;
- Fomentar uma rede de jardins de infância inclusivos, que seja respeitadora das necessidades das crianças, nomeadamente no que se refere com o período de sesta, o contacto com a natureza e com os animais, o direito a brincar, a educação para os afetos, entre outros.

Rede Educativa e Formativa local

Na dimensão do planeamento, é também fundamental a definição da Rede Educativa e Formativa de Valongo. Vivemos na imprevisibilidade. Cada vez mais, crianças e jovens têm que estar preparados para os novos desafios trazidos por um mundo em contínua mudança. Prevê-se a alteração e mesmo extinção de vários tipos de profissões e o aparecimento de outras novas, onde as tecnologias e as competências interpessoais são tão importantes quanto as competências técnicas. A educação tem que se ajustar e reinventar, colocando a/o aluna/o no centro do processo educativo, onde esta/e deixa de ser um mero recetor de informação para ser um agente crítico, capaz de utilizar os saberes em função dos desafios e das exigências sociais e profissionais. Neste sentido, a escola tem de se abrir para o exterior, estabelecer ligações com a comunidade, potenciando sinergias e oportunidades de desenvolvimento local.

Na perspetiva do PAN, a definição desta Rede tem que considerar:

- Adaptar o conceito de orientação escolar e profissional numa perspetiva longitudinal, transversal ao projeto educativo, iniciando a exploração e orientação vocacional desde a educação pré-escolar, ajustada ao nível de desenvolvimento das crianças;
- Criar uma equipa concelhia, com elementos de agrupamentos/escolas, de serviços de psicologia, da autarquia, do tecido empresarial, do IEFP e de representantes do ensino profissional, para o desenvolvimento de estratégias conjuntas no âmbito da orientação escolar e profissional

que sejam promotoras da divulgação de informação, de protocolos de cooperação, de estágios, de partilhas de experiências e de boas práticas, e facilitadoras de uma maior aproximação entre a realidade formativa e profissional dos jovens;

- Integrar as atividades de orientação escolar e profissional nos planos de atividades das escolas e no plano municipal de educação;
- Garantir equipas permanentes de serviços de orientação escolar e profissional em todos os estabelecimentos educativos;
- Criar uma bolsa de parcerias locais e institucionais de forma a promover a ligação da comunidade aos serviços públicos, promovendo a literacia para a cidadania e fomentando conhecimento sobre a participação no funcionamento das várias áreas de ação autárquica;
- Criar uma bolsa de profissionais voluntários para apoio às atividades de Orientação Escolar e Profissional nas escolas, nomeadamente através de testemunhos, informação e partilha de saberes e competências profissionais em diversas áreas de formação passíveis de serem escolhidas pelos alunos, suas famílias e agentes da comunidade;
- Estabelecer protocolos, de ligação à indústria e associações empresariais promovendo o conhecimento de realidades e competências profissionais diversificadas, e a desmistificação de estereótipos associados a determinadas áreas profissionais;
- Assegurar programas de desenvolvimento de competências sociais e interpessoais, em articulação com a abertura das instituições locais à comunidade escolar, permitindo o conhecimento dos serviços ao

dispor dos cidadãos/ãs, e as diferentes profissões/funções desempenhadas;

- Promover o “Erasmus-In”, projeto de intercâmbio escolar dentro do país, em parceria com entidades e famílias locais, para o ensino secundário;
- Incentivar a oferta de cursos mais orientados para a prática, articulados com a avaliação das necessidades e oportunidades de mercado locais;
- Integrar projetos de inovação educacional nos Projetos Educativos Municipais, alicerçados num modelo de gestão democrática das escolas;
- Integrar projetos de inovação educacional com vista ao incentivo de uma transição para modelos educativos não assentes no manual escolar (ex: programa municipal mochila leve).

Mobilidade na educação

A acessibilidade à educação faz-se também com uma intermobilidade inclusiva, através de transportes escolares, públicos e meios suaves.

Para o PAN, é necessário garantir a oferta do transporte escolar gratuito e promover um “salto” qualitativo com base nas seguintes propostas:

- Assegurar o transporte escolar para as atividades do Desporto Escolar, dos Clubes Escolares e outros projetos que envolvam a saída das/os alunas/os com periodicidade;
- Garantir uma rede integrada gratuita de transportes escolares conjugada com o transporte público (incluindo o transporte flexível),

com vista a garantir o acesso à educação não formal, isto é, o acesso das crianças e jovens a bens, serviços e equipamentos para lá do horário escolar;

- Melhorar os acessos pedonais e outros meios suaves às escolas, com delimitação de rotas e percursos sinalizados, qualificados e vigiados;
- Incentivar a utilização de percursos pedonais e a mobilidade suave em vez da deslocação em automóvel familiar;
- Promover a implementação de redes intermunicipais de bicicletas partilhadas;
- Garantir transporte municipal a todas as crianças e jovens até ao final da escolaridade obrigatória, articulando eficazmente os horários e os pontos de recolha, para que fiquem suficientemente próximos das habitações mais isoladas e/ ou longínquas;
- Criar um Programa Municipal, em articulação com as escolas, que fomente a criação de grupos de deslocação suave para a escola ou para as Atividades de Tempos Livres (ATL), através de percursos predefinidos, em pequenos grupos e horários preestabelecidos, fomentando o convívio, a criação de laços com a comunidade e a conexão com a paisagem, para além do combate ao sedentarismo e redução do trânsito, com conseqüente melhoria do meio ambiente.

Segurança em contexto escolar

Criadas as condições de acessibilidade à educação, é necessário garantir o investimento na segurança, qualidade e sustentabilidade dos equipamentos educativos, enquanto fatores essenciais para o desenvolvimento do

sentimento de pertença e bem-estar de toda a comunidade educativa, contribuindo para o seu sucesso.

Para o PAN, são condições essenciais:

- Inventariar com os órgãos de gestão das escolas as necessidades de equipamentos, de intervenção e de reparação dos edifícios e espaços escolares, garantindo respostas de equidade para todos;
- Garantir equipas técnicas especializadas em cada agrupamento que permitam a manutenção das escolas, evitando estados de degradação e outros gastos mais avultados;
- Criar um programa de recolha de equipamentos informáticos inutilizados e avariados para, em parceria com o comércio local, recuperá-los e distribuí-los pelas pessoas que necessitem destes, promovendo a economia circular;
- Privilegiar projetos de arquitetura e design que maximizem a eficiência energética dos edifícios e equipamentos escolares, privilegiando mecanismos de reutilização de águas da chuva, painéis solares, reduzindo o desperdício energético e estimulando a descarbonização nas escolas;
- Assegurar que o aquecimento e climatização de edifícios escolares, no âmbito da construção e requalificação dos equipamentos educativos, são realizados através da utilização de energias renováveis e alternativas, com menores custos financeiros e ambientais;

- Identificar os equipamentos escolares que dispõem de espaços de confeção própria adequados para a oferta das refeições escolares, reativando o seu funcionamento na comunidade escolar;
- Investir no regresso das cozinhas e cantinas escolares integradas, capazes de oferecer uma alimentação nutricionalmente adequada, com alternativas inclusivas para todas e todos, integrando opções estritamente vegetarianas e outras necessidades alimentares;
- Garantir policiamento de proximidade junto aos equipamentos escolares, desenvolvendo ações de informação e capacitação de estudantes para a deteção de situações de risco e recursos de atuação na comunidade;
- Implementar programas de combate a todas as formas de violência em contexto escolar.

A educação não pode acontecer desligada da natureza. Por isso, deve o município de Valongo:

- Incentivar e apoiar as escolas no desenvolvimento de projetos pedagógicos realizados na natureza e espaços verdes;
- Fomentar a capacitação das/os profissionais de educação e encarregadas/os de educação nestes modelos educativos;
- Promover um contacto regular das/os alunas/os de todas as escolas do município com animais, desde a educação pré-escolar, através de visitas e sessões de voluntariado;

- Integrar casas para pássaros, jardins e hortas nos espaços escolares, fomentando a relação das crianças com os ritmos da natureza e dos animais;
- Dotar todas as escolas com ecopontos e compostores.

Alimentação

No que diz respeito às refeições escolares e gestão das cantinas escolares, a posição do PAN é clara: a saúde começa no prato. A alimentação deverá ser a pedra basilar de promoção de saúde. A escola deverá promover e incentivar a adoção de hábitos saudáveis, adotando igualmente um papel didático, valorizando os alimentos mais saudáveis e comportamentos que em última análise contribuem, desde cedo, para a prevenção da doença. Importa garantir que as cantinas escolares sejam dotadas de mecanismos que melhorem a qualidade da oferta alimentar e respondam às necessidades nutricionais de toda a comunidade escolar.

O que propomos:

- Assegurar a disponibilização de um/a nutricionista por agrupamento de escolas;
- Assegurar uma resposta efetiva na sinalização e acompanhamento da/os estudantes que manifestam necessidade de apoio específico na área da nutrição;
- Priorizar a aquisição de alimentos, preferencialmente biológicos, aos produtores locais, como forma de contribuir para uma maior qualidade

da alimentação nas escolas e simultaneamente para as atividades comerciais locais;

- Assegurar a disponibilização diária nas escolas de uma refeição estritamente vegetariana e nutricionalmente equilibrada, nos mesmos moldes que a alimentação não vegetariana é oferecida;
- Desenvolver atividades que promovam o envolvimento das/os alunas/os na confeção das refeições.

Educação inclusiva

A educação inclusiva é fundamental para a garantia de um acesso equitativo de oportunidades com vista ao sucesso escolar. Neste âmbito, também a Câmara Municipal de Valongo deverá assumir-se como elemento ativo neste processo, ora dotando as escolas de equipamentos que permitam o desenvolvimento de aprendizagens, ora contribuindo na construção de projetos inclusivos, inovadores, que permitam às comunidades educativas dotarem-se de ferramentas que visem um ensino de qualidade, promovendo a criação de sinergias entre a comunidade.

Para isso, propomos:

- Proceder ao levantamento municipal das necessidades de apoio a estudantes para quem foram mobilizadas medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, nomeadamente no que diz respeito a equipamentos, materiais didáticos em braille e materiais pedagógicos adaptados às especificidades de cada estudante;

- Criar uma bolsa municipal de Intérpretes em Língua Gestual Portuguesa (LGP), disponibilizada de forma gratuita às famílias que integrem progenitor/a surdo/a em idade escolar, devidamente articulada com uma resposta nacional;
- Dotar as escolas de equipamentos informáticos que permitam facilitar quer a aprendizagem, quer a comunicação, em contextos de ensino à distância.

A educação para os afetos

Da estratégia nacional para a cidadania, o PAN firma a sua posição da educação para os afetos ter de ser priorizada de outra forma nas políticas educativas, assim como a educação para o bem-estar e proteção animal. Não constando na estratégia nacional, o município de Valongo pode e deve fazê-lo nas suas políticas municipais.

Assim, o PAN propõe que o município possa:

- Garantir formação a todas/os as/os docentes, assistentes operacionais e técnicas/os de todos os agrupamentos do município, a iniciar no pré-escolar, sobre a educação para os afetos;
- Implementar, em cada um dos agrupamentos, uma formação destinada a encarregadas/os de educação sobre a educação para os afetos e onde se explicita o trabalho que se irá desenvolver;
- Implementar sessões de esclarecimento para a comunidade escolar sobre prevenção de abusos sexuais e segurança nas redes sociais;

- Estabelecer parcerias com as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e Organizações Não-Governamentais (ONG) do município para que intervenham no projeto, dinamizando ações concretas de intervenção.

A educação para o bem-estar e proteção animal

A cidadania constrói-se a partir dos primeiros anos de vida e em todos os contextos em que nos movemos. A escola tem em si o poder e o privilégio de transformar o mundo através das suas “matérias-primas” mais ricas, as crianças e jovens. Queremos um futuro onde o respeito pelo bem-estar animal seja uma regra incorporada por toda a sociedade. Neste sentido propomos:

- Integrar, numa estratégia municipal 2021-2025 para a proteção animal, as políticas educativas, que visem:
 - o Criar um programa educativo municipal integrando todas/os as/os que atuam no município pela proteção animal (associações, autoridades, cuidadoras/es, profissionais especializadas/os), com vista a desenvolver competências como a empatia, o respeito pelos animais, entre outras;
 - o Dinamizar sessões de leitura que integrem livros que promovam o bem-estar animal e criar um programa de leitura com as famílias que inclua a disponibilização de livros;

- o Visitar abrigos de animais abandonados ou santuários que albergam animais resgatados de maus-tratos, reservas naturais e parques naturais;
- o Incentivar à integração deste tema nas atividades extracurriculares e na disciplina de cidadania;
- o Contemplar no Plano Educativo Municipal preocupações com a pedagogia do bem-estar animal;
- o Garantir a inclusão de regras no regulamento escolar sobre o respeito pelos animais e natureza existentes na escola (árvores, formigas, abelhas, aranhas, entre outros);
- o Promover formação em primeiros socorros para animais à comunidade educativa;
- o Promover um programa de formação em comportamento animal e interação humana na comunidade educativa;
- o Implementar um projeto para incentivar a integração dos animais nas escolas com responsabilidades partilhadas entre a direção, professoras/es, assistentes operacionais e estudantes.

A educação da população adulta

A aprendizagem ao longo da vida deverá ser um pilar importante no âmbito da educação. No âmbito da descentralização de competências e de uma maior democratização no acesso à educação, considera-se fundamental a visão do município educador, que fomenta a participação das/os cidadãs/ãos através de uma perspetiva crítica e corresponsável. O município de Valongo

deve estimular a participação cidadã no projeto coletivo a partir das instituições e organizações civis e sociais, tendo em conta as iniciativas privadas e outros modos de participação espontânea.

- Apostar em ações de sensibilização junto das associações de pais para divulgação de caminhos de qualificação, para a promoção do aumento da qualificação escolar das mães e pais das/os alunas/os;
- Apostar na requalificação ou reorientação profissional de pessoas adultas, estimulando programas que incentivem a aprendizagem ao longo da vida;
- Promover cursos de dupla certificação em áreas profissionais necessárias ao mercado de trabalho;
- Criar cursos profissionais para a população adulta adequados às comunidades em que estas se inserem e que promovam o desenvolvimento sustentável dessas localidades;
- Criar locais de aprendizagem e de promoção da literacia digital das pessoas adultas, procurando o exercício de um acesso democrático à informação (bibliotecas Municipais, centros cívicos);
- Proporcionar o acesso à formação contínua, numa perspetiva de aquisição de competências e atualização de conhecimentos, que permita acompanhar a cultura democrática e ecológica que se pretende cultivar na comunidade.

Ensino superior

Os custos do alojamento universitário constituem a maior fatia do orçamento das/os estudantes e conseqüentemente o maior entrave financeiro no acesso ao ensino superior. Além dos problemas identificados ao nível do acesso ao alojamento estudantil, há uma série de outras respostas ao nível da democratização do ensino superior que, numa lógica de articulação e complemento ao estado central e às instituições do ensino superior, entendemos que as políticas municipais devem dar, nomeadamente em:

- Garantir uma rede pública de transportes intermunicipal coordenada, integrada e eficiente para o acesso às instituições de ensino superior;
- Assegurar o transporte público gratuito para as/os estudantes do ensino superior, que concluem o curso em (n = número de anos do curso):
 - o n + 1 - se o curso for de duração igual ou inferior a 3 anos;
 - o n + 2 - se o curso for de duração superior a 3 anos;
- Reforçar o programa municipal de atribuição de bolsas de estudo destinadas a estudantes a quem não tenham sido atribuídas bolsas da Direção-Geral de Ensino Superior (DGES);
- Disponibilizar serviços de psicologia gratuitos a estudantes universitários (gestão de stress, ansiedade, aconselhamento e orientação);
- Garantir o acesso gratuito de estudantes de ensino superior a museus, arquivos e espaços culturais, mediante apresentação do cartão de estudante universitária/o;

- Promover um programa de estágios de verão municipais, no público e privado, para estudantes do ensino superior;
- Disponibilizar apoio municipal através da atribuição de vouchers para a aquisição de e-books e material de apoio a estudantes.

Saúde mental na educação

Muitos dos sinais de perturbação psicológica na vida adulta surgem na infância e na adolescência, pelo que as escolas são espaços privilegiados para identificar e sinalizar comportamentos que possam vir a consolidar problemas de saúde mental. O município de Valongo deve construir pontes entre a comunidade, a escola, as famílias, as crianças e jovens, promovendo e facilitando quer o acesso à informação, quer capacitando a escola e a família para a sinalização de potenciais quadros clínicos que carecem de acompanhamento, combatendo o abandono e insucesso escolar, prevenindo-se potenciais impactos negativos na saúde mental aquando da vida adulta.

Apresentamos como medidas:

- Desenvolver junto dos estabelecimentos escolares públicos ações de formação direcionadas às/aos docentes, dirigentes escolares, assistentes técnicas/os e assistentes operacionais, capacitando as/os profissionais de conhecimentos e competências que permitam a identificação de sinais ou sintomas que possam ser reflexo de uma necessidade de acompanhamento;
- Reforçar as equipas de psicólogas/os nos agrupamentos escolares, alargando o seu âmbito de atuação;

- Criar equipas comunitárias multidisciplinares no âmbito da saúde mental para a infância e adolescência, constituídas por profissionais de saúde mental, serviço social, educação, em articulação com o/a educador/a, professor/a titular ou diretor/a de turma;
- Criar vias verdes para o encaminhamento de situações de risco à saúde mental para os serviços de saúde;
- Apoiar e desenvolver projetos junto das comunidades escolares que promovam o desenvolvimento de uma rede de associativismo juvenil, como forma de combater o isolamento e prevenir cenários de exclusão;
- Implementar um programa municipal de combate ao estigma na doença mental, nomeadamente através de jornadas que incluam formação, debates, curtas-metragens, escrita criativa, música e desporto.

Saúde, bem-estar e realização pessoal

A perspetiva do PAN para a saúde é que esta é uma área transversal a todos os domínios das políticas públicas locais e que, como tal, os executivos municipais devem integrar preocupações com a promoção e proteção da saúde, privilegiando a prevenção e considerando esta dimensão em todas as decisões públicas locais. Tal deve ser assegurado através de técnicas/os municipais especializadas/os nas áreas da saúde e parcerias com entidades e organismos representativos desta área.

Diminuir o impacto dos principais problemas de saúde

Estratégias e intervenções integradas que adotem uma abordagem abrangente são essenciais para colmatar os principais desafios associados às doenças transmissíveis e não transmissíveis.

A promoção de atividade física regular está associada a benefícios significativos na saúde, reduzindo o risco de desenvolvimento de uma grande maioria das doenças não transmissíveis, contribuindo para a saúde mental e bem-estar geral.

A alimentação é outro dos fatores que contribui de forma determinante para a saúde da população. Para que seja possível combater a prevalência da obesidade, é fundamental analisar todo o circuito e os diversos processos que influenciam o padrão de alimentação da população.

Não menos importante, uma cidade ou vila saudável deve promover o bem-estar mental da sua população. Os problemas de saúde mental têm sérias consequências não só sobre as pessoas e respetivos agregados familiares, mas

também sobre a competitividade e dinamismo da economia local e o bem-estar da sociedade em geral.

Atividade Física

A atividade física regular é um fator chave para a prevenção e o controlo das doenças não transmissíveis (DNTs), como as doenças cardiovasculares, a diabetes tipo 2 e alguns tipos de cancro. A atividade física também beneficia a saúde mental, incluindo a prevenção do declínio cognitivo e sintomas de depressão e ansiedade, e pode contribuir para a manutenção do peso saudável e do bem-estar geral.

Equipamentos desportivos disponíveis para a comunidade, sem restrições

- Criar espaços de utilização pública livre, com condições e equipamentos adequados para a prática desportiva, distribuídos de forma equitativa e com segurança por todas as freguesias do concelho;
- Estabelecer protocolos entre os equipamentos escolares e os equipamentos desportivos, permitindo uma vivência e oportunidade alargada de experimentação das várias modalidades desportivas por todas/os as/os estudantes;
- Promoção de práticas de atividade física nos contextos laborais.

Equipamentos desportivos próximos da comunidade e dispersos pelo território.

- Criar equipamentos integrados nas comunidades;

- Criar um ginásio municipal;
- Utilizar um misto de equipamentos com e sem cobertura, diminuindo assim o impacto meteorológico na prática de desporto;

Desporto organizado como centro de formação desportiva e pessoal

- Promover e apoiar os clubes desportivos e associações locais;
- Auxiliar as associações na obtenção do reconhecimento de utilidade pública e dos seus benefícios;
- Estreitar relações entre as associações/clubes e os potenciais patrocinadores, equilibrando a preponderância do financiamento público;
- Potenciar protocolos entre as escolas e as associações/clubes desportivos, permitindo uma ligação direta entre ambos em termos de cooperação, transportes, horários e partilha de informação pertinente;
- Promover eventos desportivos amadores entre freguesias e concelhos vizinhos, com especial foco no fair play e socialização intercomunitária.

Alimentação

A alimentação e os hábitos alimentares saudáveis são essenciais na prevenção eficaz da doença e na promoção da saúde. As políticas de saúde pública têm de assentar cada vez mais na prevenção, garantindo melhores resultados em saúde, menores custos individuais e familiares e maior sustentabilidade do Sistema Nacional de Saúde (SNS).

Garantir de forma universal a possibilidade de seguir hábitos de
alimentação saudáveis

- Criar projetos de apoio aos produtores locais, oferecendo o espaço em locais de passagem/transportes para fazerem a venda dos seus produtos;
- Disponibilizar a dieta vegetariana nos estabelecimentos públicos, exatamente nos mesmos moldes das dietas de carne e peixe;
- Garantir que as empresas públicas e/ou apoiadas pelo estado têm sempre opções vegetarianas disponíveis nos refeitórios, bares, e máquinas de venda automática;
- Promover a eliminação progressiva de alimentos ricos em açúcares adicionados, gordura trans-saturada e saturada nos refeitórios, bares e máquinas de venda automática em equipamentos escolares municipais.

Promover e incentivar a restauração que cumpra critérios para uma
alimentação saudável

- Criar portais municipais (roteiros) que divulguem os restaurantes que cumpram critérios de alimentação saudável;
- Promover ações de informação sobre a alimentação vegetariana, esclarecendo mitos e dúvidas através de especialistas em saúde e do manual da Direção-Geral da Saúde (DGS) “Linhas de Orientação para uma Alimentação vegetariana Saudável”;
- Criar selos municipais de qualidade das ementas;

Saúde física e mental

A saúde física e a saúde mental estão intimamente interligadas, havendo repercussões diretas e em larga escala bidirecionais entre ambas. Para além do correto acompanhamento pelas/os profissionais especializadas/os, é tão ou mais importante controlar os fatores que podem tornar instável o equilíbrio entre as dimensões física e mental.

- Criar condições para a prática do exercício físico gratuito, em segurança e informado em todas as freguesias;
- Adaptar o território à prática de exercício físico inserido nas atividades quotidianas.

Ruído

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), *“O ruído é uma das principais causas da degradação da qualidade do ambiente urbano”*. Nesse sentido apresentamos como medidas:

- Reforçar a fiscalização dos níveis, atividades e horários de ruído permitidos;
- Reforçar a fiscalização do ruído de veículos;
- Implementar regras laborais redutoras de ruído (por exemplo, telefones e telemóveis não perturbadores do trabalho coletivo)
- Permitir apenas o fogo-de-artifício silencioso.

Qualidade do Ar

A poluição do ar é uma das principais e piores formas de poluição, com impacto direto na saúde dos seres vivos. No nosso concelho verifica-se uma degradação da qualidade do ar em todos os centros urbanos, devido à dependência do automóvel. Propomos:

- Instalar postos de monitorização da qualidade do ar nos locais com maior prevalência de doenças do trato respiratório;
- Fiscalizar exemplarmente todas as indústrias potencialmente promotoras de poluição e sensibilizar e apoiar na definição de soluções, garantindo a resolução das emissões poluentes;
- Eliminar todo e qualquer apoio a indústrias que comprovadamente infrinjam a legislação referente a emissões atmosféricas e poluição do ar, para além da aplicação das restantes e adequadas consequências.

Saúde mental

O stress é a resposta do nosso corpo a pressões provocadas por uma situação ou evento de vida. Tem um propósito para situações específicas, mas é extremamente prejudicial quando atinge rotineiramente níveis elevados. Estas situações levam a alterações emocionais, instabilidade e depressão. É essencial:

- Envolver os recursos humanos e as direções das organizações na formação e desenvolvimento de programas de prevenção do stress organizacional;

- Promover atividades preventivas e de bem-estar geral, como yoga, meditação, mindfulness e outras com comprovados benefícios na saúde e bem-estar das pessoas, em contextos laborais, escolares e da comunidade;
- Criar um programa de adoção de animais de companhia por parte de pessoas que sofram de algum tipo de isolamento, favorecendo o sentimento de utilidade e reduzindo a solidão e o stress associados a essa condição;
- Criar equipas de profissionais de intervenção em crise psicossocial focadas na avaliação de risco de perturbação psicoemocional, que prestem apoio a profissionais com maior exposição a incidentes críticos e risco de desgaste físico e psicológico, prevenindo potenciais situações de perturbação e burnout;
- Garantir respostas de saúde mental para públicos com necessidades específicas - como pessoas com problemas de adição, através da implementação das salas de consumo assistido/vigiado, e pessoas em condição socialmente mais desfavorável com pouca adesão aos serviços de saúde - em articulação com as entidades da saúde e estado central.

Melhorar o acesso a cuidados de saúde de qualidade

Para que seja possível providenciar cuidados de saúde de elevada qualidade e melhorar os resultados obtidos, é necessário reforçar os sistemas de saúde

com intervenções de efetividade comprovada, financeiramente viáveis, adequadas ao propósito e centradas nas pessoas.

Assegurar serviços de saúde à população, quer enquanto manutenção de estruturas, quer enquanto gestão de carreiras profissionais, quer como elaboração de políticas de saúde, constituir-se-á, fruto das novas competências autárquicas, numa nova e extensa área de governação local. Este é, por isso, um eixo onde demonstramos a nossa visão sobre a saúde, numa lógica de promoção da saúde e prevenção da doença.

Promoção da Saúde na Comunidade

Atividades de Promoção da Saúde

As atividades de promoção da saúde, os seus benefícios e os seus imprescindíveis contributos aplicam-se a praticamente todas as áreas da saúde.

- Criar um gabinete municipal de promoção da saúde, responsável por criar e potenciar ações de promoção da saúde, que devem ser orientadas para a prevenção e aumento de esperança de vida com qualidade, quer sejam da responsabilidade autárquica, quer sejam em parceria e apoiando outras entidades;
- Promover uma ligação estreita com as unidades de saúde do município, incluindo as terapias não convencionais, dando apoio nas ações de saúde por elas promovidas, e recorrendo ao seu conhecimento especializado para as ações realizadas pelo município, mantendo o foco nas políticas de prevenção.

Cuidados de Saúde Preventivos

A estrutura de promoção da saúde deve ser encarada como um investimento a todos os níveis pelo município, dirigida à sua população. A grande missão será evitar atuar de uma forma reativa, e tentar sempre uma atitude preventiva em relação a todas as dimensões da saúde.

Rede de Organizações Locais

A estrutura da rede de saúde não se restringe à rede de cuidados do SNS. Diversas instituições e associações podem exercer um papel ativo como agentes de saúde e, com esse papel, contribuir para políticas de saúde preventiva e promoção das mesmas. Juntas de freguesia, corporações de bombeiros, associações diversas e forças de segurança pública são algumas das instituições que podem desempenhar papéis de enorme relevo nas políticas de saúde. À luz das novas competências das autarquias no domínio da saúde, é fundamental integrar todas estas organizações, potenciando a ação da rede social concelhia no planeamento da saúde.

- Reunir frequentemente as organizações locais para planeamento e execução de políticas de saúde;
- Exercer um papel ativo na articulação das organizações, por forma a otimizar a utilização dos recursos locais;
- Criar programas de proximidade, em articulação com as organizações locais, para acompanhamento e cuidados de saúde a toda a população, com especial cuidado com as/os munícipes idosas/os, mais isoladas/os e com maior fragilidade social.

Resposta a Pandemias

Tal como referido em diversos estudos e artigos científicos publicados nos últimos meses, o que originou a pandemia COVID-19 foi uma interação totalmente incorreta e inadequada do ser humano com a natureza e os animais selvagens, potenciada depois pelo fenómeno de globalização que caracteriza a nossa sociedade atual.

O conjunto de fatores que originou e potenciou esta pandemia continuam ativos, podendo inclusivamente vir a intensificar-se num futuro próximo. Assim, torna-se imperativa a tomada de decisões que permitam acautelar o aparecimento de novas pandemias no futuro e minimizar os seus efeitos e impactos.

COVID-19 e Doenças Emergentes

Controlar a COVID-19 e potenciar o período pós-pandémico.

- Dotar as unidades de saúde de planos, infraestruturas e de material adequado para resposta à COVID-19 e pandemias semelhantes;
- Criar planos, em parceria com as unidades de saúde, que facilitem o processo de vacinação e sirvam de base para situações similares futuras: bases de dados das/os utentes atualizadas; programar os locais indicados e como rapidamente os dotar dos meios necessários; profissionais que participam nas ações; recursos logísticos, como plataformas para receber fármacos e formas de os acondicionar adequadamente; garantir as acessibilidades adequadas;

- Divulgar nas unidades de saúde e através das redes sociais e meios de comunicação oficial informação fidedigna e baseada em evidência científica sobre a COVID-19, meios de prevenção, vacinação e vigilância de sintomas.

Planos de Contingência

Acautelar respostas adequadas a situações pandémicas futuras.

- Elaborar planos de prevenção e resposta a situações/ameaças pandémicas, em parceria com as unidades de saúde;
- Sensibilizar e preparar a população para a eventualidade de novas pandemias, e familiarizar as/os munícipes com o plano de resposta definido;
- Treinar e simular a aplicação destes planos, envolvendo a população.

Mecanismos de Alerta e Resposta

- Definir os mecanismos de resposta a situações potencialmente pandémicas;
- Definir critérios para estes mecanismos serem ativados, através do plano de resposta a situações de ameaça pandémica e pandemias, e preparar principalmente as entidades de primeira linha de resposta e as/os munícipes para as ações a executar, de forma articulada.

Investir na saúde ao longo dos ciclos de vida

O investimento na saúde e nos seus determinantes ao longo de todo o percurso de vida das pessoas aumenta a esperança de vida saudável e

melhora o seu bem-estar, aspetos que podem trazer grandes benefícios económicos, sociais e individuais.

Infância

Estes primeiros anos são fundamentais para capacitar as pessoas e influenciar a maneira como envelhecem. Ou seja, as opções que naturalmente fazem em relação à manutenção da sua saúde, nas diferentes fases de mudança das suas vidas.

Acesso a Creches

Resolver a dificuldade de acesso a creches.

- Garantir a cobertura de creches públicas de qualidade e a existência de amas;
- Apoiar as empresas com 30 ou mais funcionárias/os com menos de 45 anos na criação de creches e infantários integrados nas próprias instalações.

Qualidade de Jardins de Infância e educação pré-escolar

Garantir infantários de qualidade para início de uma formação de qualidade das novas gerações.

- Alargar a oferta de jardins de infância públicos;
- Garantir a oferta, em condições de qualidade, de dieta vegetariana e promoção da mesma nos jardins de infância;
- Garantir uma rede de equipamentos com oferta de sesta para alunas/os com necessidade deste recurso;

- Integrar espaços naturais verdes em cada equipamento educativo;
- Desenvolver ações de sensibilização de profissionais e encarregadas/os de educação para a importância do contacto com a natureza enquanto estratégia de promoção de saúde.

Adolescência

A adolescência é uma fase da vida sujeita a mudanças em diversos níveis: físicos, psicológicos e sociais. Se for tido em conta que tudo isto se verifica numa das fases mais complicadas de maturação pessoal, facilmente se percebe a necessidade de acompanhar e suportar as/os adolescentes.

Comportamentos e estilos de vida

Escolha e adoção de comportamentos responsáveis e estilos de vida saudáveis.

- Promover sessões de educação para a saúde nas escolas, com articulação entre as escolas e as unidades de saúde;
- Implementar sessões de debate e informação com jovens, desenvolvida por e para jovens em articulação com as unidades de saúde, em cada escola e contexto comunitário;
- Integrar as/os jovens na elaboração e implementação de programas locais de saúde;
- Criar um programa, em diferentes empresas e funções, direcionado para as/os adolescentes, que fomente oportunidades vocacionais na perspetiva da construção de projetos de vida conscientes e informados.

Educação Sexual

É fundamental entender e agir conscientemente em todas as dimensões envolvidas na sexualidade.

- Distribuir contraceptivos, acompanhados de informação adequada;
- Afixar nas escolas, em locais visíveis e com grande afluência, informação clara sobre o uso abusivo da contraceção de emergência (pílula do dia seguinte);
- Distribuir gratuitamente copos menstruais em consultas de planeamento familiar nos centros de saúde.

Idade Ativa

É nesta fase que a idade começa a ser um critério de discriminação e fonte de iniquidade no acesso aos mais variados serviços públicos (e privados), contribuindo para o adensar do gradiente social em saúde.

Deficiência física, sensorial e cognitiva

A integração e inclusão são dos mais reconhecidos frutos de uma democracia e de uma sociedade saudável.

- Promover respostas de apoio de descanso para cuidadoras/es e elementos de suporte de pessoas com deficiência;
- Disponibilizar informação de forma completa e clara sobre todos os apoios e benefícios existentes para pessoas com deficiência física e/ou cognitiva;

- Garantir respostas de tradução e interpretação em LGP em todos os serviços e respostas públicas, com ênfase nos serviços de saúde;
- Reforçar as respostas de intervenção precoce em articulação com o estado;
- Desenvolver plano municipal para a integração de pessoas com deficiência.

Terceira idade

Um município que queira promover de forma efetiva a saúde na terceira idade deve apostar na proteção social das pessoas mais idosas. O combate à solidão e isolamento é uma das melhores estratégias para o conseguir fazer. Como tal, tudo o que contribua de forma efetiva para fazer do município um ambiente mais saudável (transportes, ordenamento, planeamento urbano, habitação, política fiscal, atividades de promoção da saúde), minimizando os fatores de risco e potenciando os fatores protetores que as pessoas da terceira idade vão acumulando, tem importantes repercussões nos resultados de saúde da população que cresceu e envelheceu no município.

- Garantir medidas de apoio na transição para a reforma;
- Identificar pessoas idosas isoladas;
- Promover redes de respostas comunitárias de proximidade;
- Reduzir riscos de saúde (quedas, por exemplo) nos espaços públicos;
- Assegurar mecanismos de monitorização de saúde/risco de pessoas isoladas.

Atividades Sociais e Recreativas

A terceira idade como valor inestimável da sociedade.

- Criar uma assembleia composta por todas as pessoas maiores de 65 anos que a pretendam integrar, com reuniões semanais, e onde todas as propostas e decisões do executivo municipal e da assembleia municipal possam ser discutidas e debatidas;
- Disponibilizar um mapa com todas as organizações, associações, oportunidades e movimentos do município que o/a munícipe pode integrar e utilizar para exercer a sua participação ativa na comunidade;
- Sensibilizar para a importância da continuidade da participação ativa na comunidade nesta fase de saber acumulado;
- Garantir que todos/as os/as seniores têm acesso a oportunidades de exercício, convívio e bem-estar;
- Organizar, nos espaços e infraestruturas municipais, eventos recreativos direcionados para os/as munícipes seniores.

Equipamentos

Dar dignidade aos/às munícipes da terceira idade e apoiar as suas famílias.

- Disponibilizar respostas diversificadas de acolhimento e residência, garantindo serviços de apoio e saúde adequados;
- Desenvolver projetos de residências autónomas partilhadas;
- Disponibilizar de forma acessível os dados de todos os centros de dia e residências, usando todos os canais de comunicação à disposição do município;

- Garantir, através de técnicos municipais especializados, o funcionamento adequado, seguro e de qualidade das instituições destinadas a munícipes da terceira idade.

Cuidadores/as Informais

Um/a cuidador/a informal é um cidadão ou cidadã que presta assistência, de forma permanente ou não, a um membro da família que se encontre numa situação de dependência de cuidados básicos por motivos de incapacidade ou de deficiência. Os cuidadores informais garantem qualidade de vida a quem é cuidado e evitam muitas vezes a sua institucionalização e os prejuízos inerentes para o/a cuidador/a, para quem é cuidado e para a sociedade.

- Garantir a existência de canal municipal de comunicação e atendimento claro e direto para os/as cuidadores/as informais onde possam ser esclarecidos sobre os seus direitos e apoiados/as a exercê-los;
- Articular com as unidades de saúde a garantia de acompanhamento adequado dos/as cuidadores/as e de quem é cuidado;
- Garantir que sejam concedidos os apoios e toda a logística necessária à ação do/a cuidador/a.

Habitação e Património Público

O acesso à habitação é um direito universal. Não se trata apenas de um local para pernoitar. É uma estabilidade emocional, uma proteção, uma segurança que permite ao ser humano zelar pela sua qualidade de vida, pela sua saúde e pela sua família (pessoas e animais).

Portugal já está atrasado no incentivo à habitação colaborativa. Defendemos que o município deve dinamizar a habitação colaborativa pelo espírito de comunidade, poupança de rendimentos e partilha de espaços que este regime estimula e também pelos benefícios ambientais que pode potenciar, como a partilha de painéis fotovoltaicos, espaços verdes entre muitos outros. É igualmente necessário definir critérios de aquecimento e arrefecimento, fazer chegar os apoios nacionais e comunitários aos cidadãos, não os retendo no meio de uma rede burocrática exigente. O PAN entende que é importante o município de Valongo focar-se na execução dos programas e dos fundos existentes para não acontecerem as situações recorrentes de se chegar ao fim dos programas comunitários com uma baixa taxa de execução.

Assim, ao nível do ambiente, propomo-nos a:

- Pugnar pela neutralidade carbónica do edificado habitacional;
- Dotar todos os edifícios municipais de meios de produção de energia e aquecimento de águas, e incentivar as restantes entidades públicas do município a adotar a mesma medida;
- Criar um programa municipal visando a neutralidade carbónica, o respeito pelo ambiente e pelo património arquitetónico;

- Criar gabinetes de atendimento técnico de apoio aos particulares na área do projeto, instalação e definição de equipamentos, que permitam melhorar a eficiência energética e o conforto da habitação;
- Assegurar que os edifícios a construir, ou objeto de reabilitação profunda ou ampliação, dispõem de postos de abastecimento de veículos elétricos nos parqueamentos e locais adequados para parqueamento de bicicletas;
- Aprovar um Guia de Boas Práticas Ambientais em edificado e no desenho urbano, onde se inclua um conjunto de compromissos e de medidas a tomar com o objetivo de reduzir as respetivas pegadas ecológicas;
- Criar projetos municipais com o objetivo de combater a pobreza energética, recorrendo a fundos europeus, alinhados com os instrumentos já existentes a nível nacional;
- Elaborar um Estudo de Avaliação da Pobreza Energética do edificado habitacional existente no município (público e privado).

Património público e Habitação pública

- Elaborar um levantamento do parque habitacional público para identificação do seu estado de conservação e ocupação, a par do levantamento e análise das necessidades de habitação nas diferentes áreas urbanas e do tipo de agregados e rendimentos dos mesmos;
- Dar o devido uso às habitações no bairro Mirante de Sonhos em Ermesinde;

- Rever os critérios de atribuição de habitação municipal de forma a garantir o acesso ao direito à habitação a todas as pessoas;
- Garantir o acesso a pessoas com animais de companhia a todas as habitações municipais;
- Apostar num forte reforço do investimento na reabilitação e construção de habitação pública para arrendamento acessível, pugnando pela mobilização do património imobiliário do Estado e municipal;
- Criar uma verba no Orçamento Municipal alocada ao Arrendamento Jovem;
- Erradicar as situações de alojamento precário;
- Criar, em articulação com municípios limítrofes, bolsas habitacionais específicas que permitam atribuir fogos a pessoas ou famílias em situação de especial vulnerabilidade;
- Criar um conjunto de respostas habitacionais para pessoas idosas quando já não seja possível permanecerem no seu lar, com um valor de renda definido mediante os rendimentos mensais de cada pessoa e com distintos graus de assistência, com a possibilidade manterem consigo o seu animal de companhia;
- Promover a criação de site municipal que agregue as diversas ofertas ao nível da oferta habitacional pública, por freguesia, bem como os diversos programas disponíveis.

Pertença, Dignidade e acesso à Justiça

Os direitos humanos não podem ser colocados em causa. No entanto, não é ao que assistimos no nosso quotidiano: há discriminação e injustiça social. A

crise provocada pela COVID-19 veio expor ainda mais as desigualdades que ao longo dos tempos se tornaram estruturais.

No PAN acreditamos que as políticas devem basear-se no conhecimento: no conhecimento académico, no conhecimento da realidade, no conhecimento do território, no conhecimento das dinâmicas que acontecem ao longo do tempo, no conhecimento em rede. É com esta visão que o PAN apresenta um conjunto de medidas cujo desenho e implementação queremos que inclua as pessoas e a comunidade, em harmonia com a natureza.

Efetivar os Direitos Humanos

As autarquias locais (município e freguesias) têm um papel fundamental na proteção e promoção dos direitos humanos, com uma responsabilidade acrescida pela descentralização em curso.

Por outro lado, acreditamos que os direitos humanos incluem uma cidadania ativa que terá de ser incentivada e mobilizada, cabendo também à autarquia criar instrumentos facilitadores através, por exemplo, de plataformas digitais, de sessões públicas, sessões de participação e inquéritos, de forma a identificar os problemas e as aspirações da população, podendo assim concretizar-se como uma governação democrática, representativa e inclusiva.

- Promover apoio financeiro e técnico, nomeadamente através de ações de capacitação técnica e financeira, ou cedência de espaços, a organizações não governamentais e outras entidades da sociedade civil sem fins lucrativos que atuem no território do concelho e que tenham como missão assuntos relacionados com os direitos humanos;

- Desburocratizar as candidaturas aos programas municipais de apoio às organizações não governamentais.

Acessibilidade

A acessibilidade é um direito humano e ao mesmo tempo um instrumento para o usufruto integral dos direitos humanos por cada pessoa. Estando instituída na Constituição da República Portuguesa, a acessibilidade impede ou facilita uma vida plena e independente, pelo que é fundamental sensibilizar para o conceito de acessibilidade que confere a todas as pessoas a oportunidade de uso e de participação independentemente das necessidades face ao ciclo de vida em que se encontram.

- Realizar um diagnóstico atualizado relativo ao incumprimento pleno da legislação sobre acessibilidades;
- Intensificar a fiscalização de operações urbanísticas sujeitas a controlo prévio, assegurando o cumprimento das condições de acessibilidade a satisfazer no projeto e na construção de espaços públicos, equipamentos coletivos e edifícios públicos e habitacionais;
- Criar um programa de apoio financeiro e técnico para que as pessoas possam adequar as suas casas e os edifícios onde habitam, tendo em vista o máximo de autonomia e independência;
- Criar um programa de adaptação de conteúdos nos equipamentos culturais do município às necessidades de vários públicos, nomeadamente pessoas cegas e pessoas surdas;
- Disponibilizar em todos os serviços do município respostas de vídeo-interpretação em língua gestual portuguesa, que permita colocar

surdos e ouvintes em comunicação, assegurando que todos os serviços são acessíveis até ao final do próximo ano.

Combate à Pobreza

A pobreza requer uma visão multidimensional e, por isso, respostas coordenadas a nível nacional, regional e local, devendo ser exigida uma participação ativa da Câmara e Juntas de Freguesia.

- Promover, por parte do município, estudos com dados atualizados e territorialmente localizados (à escala do quarteirão), visando o conhecimento aprofundado do fenómeno da pobreza e das suas relações com outras áreas setoriais;
- Construir uma Estratégia Integrada de Combate à Pobreza, envolvendo todas as vereações desde o início do processo, que inclua a definição de metas mensuráveis e a calendarização de relatórios e avaliações, para a qual devem ser disponibilizados recursos técnicos e financeiros para a sua implementação e monitorização;
- Criar programas que visem apoiar o acesso de pessoas em situação de pobreza ou no limiar desta aos distintos serviços da saúde, à educação, habitação, empregabilidade, gestão de eventual atribuição de crédito bancário, entre outros;
- Criar programas de financiamento e apoio técnico a empresas e entidades que criem estágios em contexto laboral e postos de trabalho visando a empregabilidade adaptada a pessoas em situação de grande vulnerabilidade.

Crianças e Jovens

- Ceder espaços a jovens para criação de associações, coletividades ou movimentos juvenis, espaços de artes e pequenas empresas;
- Criar uma incubadora de ideias e negócios com o apoio do município para a dinamização de projetos, ideias e competências da população mais jovem, provida de um/a tutor/a que permita aos jovens a descoberta das várias vocações e apetências profissionais, em articulação com os agrupamentos escolares;
- Celebrar protocolos com escolas para criação de programas de voluntariado.

Desigualdade de Género e Violência Doméstica

Em pleno séc. XXI as mulheres continuam a ser discriminadas com base no género e esta desigualdade, que está enraizada no nosso quotidiano, espelha-se nas mais diversas dimensões da nossa sociedade, desde o mundo laboral à esfera familiar e social.

A violência doméstica consubstancia um dos fenómenos criminológicos com maior grau de incidência na sociedade portuguesa, correspondendo a uma realidade transversal a todos os grupos sociais e faixas etárias. Este flagelo impacta aquela vida para sempre, e a dos/das seus/suas filhos/as e de toda a família, razão pela qual o PAN defende ser essencial o combate à discriminação de género e o alcance da igualdade entre mulheres e homens.

O PAN pretende que a autarquia de Valongo defenda a eliminação de todas as formas de violência e de discriminação, nomeadamente a exercida sobre meninas e mulheres.

Igualdade

- Garantir, nos serviços da autarquia, nos serviços e empresas sob a sua gestão ou às quais pertençam, uma total participação e direitos iguais em todos os campos, nomeadamente na liderança ao nível das tomadas de decisão, na garantia do emprego e no pagamento igual para trabalho igual, não permitindo qualquer discriminação verbal e psicológica ou qualquer forma de violência ou assédio contra mulheres e crianças;
- Promover a igualdade de género em empresas privadas e institutos, criando prémios, distinções ou “selos” municipais de boas práticas;
- Dinamizar, por parte do município, ações de sensibilização junto da comunidade escolar, de empresas e de instituições relativas à temática da igualdade, da igualdade de género, de violência doméstica, sobreposição de discriminações e respeito pela diversidade existente na sociedade.

Violência

- Financiar programas dirigidos à comunidade escolar de prevenção e sensibilização para as distintas formas de violência, bem como para a violência de género (abuso e violência sexual, práticas nefastas, violência doméstica, entre outras);

- Assumir, por parte do município, a proteção, defesa e apoio das vítimas e sobreviventes de violência doméstica, abuso sexual, crianças e jovens vulneráveis e para as suas famílias, bem como vítimas de violência como uma prioridade, em articulação com o poder central, financiando e apoiando as associações e entidades que operem no município nesta matéria;
- Criar/Aumentar o número de respostas habitacionais para vítimas/sobreviventes de violência doméstica e de género, não só de emergência e temporárias, mas também de médio e longo prazo, apoiando os processos de autonomização;
- Priorizar alojamento a mulheres e a pessoas vítimas/ sobreviventes de violência doméstica e de abusos sexuais em situação iminente de ficarem em situação de sem-abrigo;
- Providenciar um espaço para que, logo após a denúncia, as vítimas/sobreviventes de violência doméstica possam pernoitar em segurança com a sua família e animais de companhia, assegurando-se a sua efetiva proteção;
- Criar, por parte da autarquia, um programa específico para o apoio a crianças e jovens que residam em ambiente familiar em coocorrência de violência doméstica e crimes contra animais de companhia, de modo a proporcionar-lhes uma interação positiva com animais;
- Implementar como um dos objetivos do programa municipal contra a violência doméstica a sinalização da presença de violência contra animais de companhia como indicador e preditor da violência nas famílias, indo ao encontro das orientações da DGS;

- Investir em centros de apoio à vítima e na criação de salas de atendimento especializado de apoio às vítimas de violência doméstica e de género e abuso sexual.

Envelhecimento

Vivemos numa sociedade cada vez mais envelhecida, onde as pessoas idosas ainda são alvo de atitudes discriminatórias, de desrespeito e, muitas vezes, de negligência e violência.

É necessário preparar as pessoas para a saída da vida ativa, para o seu próprio envelhecimento e de quem lhes é próximo/a. É igualmente crucial promover o envelhecimento ativo, processo que começa com a prevenção da doença ao longo da vida, com hábitos e comportamentos saudáveis. Assim, entendemos que o município de Valongo pode e deve ter um papel importante na qualidade de vida das pessoas idosas, em articulação com entidades públicas e privadas, promovendo políticas que lhes permitam viver de forma autónoma o máximo de tempo possível, e ainda o patrocínio e suporte a organizações não governamentais que trabalhem com esta faixa etária, a centros de dia, centros de convívio, de férias e lazer e, através da criação de apoios para cuidadores/as formais e informais, acautelando que as estruturas residenciais garantem o cuidado adequado.

- Elaborar uma estratégia municipal para o envelhecimento ativo e saudável;
- Criar, por parte da autarquia, uma equipa de missão específica de acompanhamento e apoio à área do envelhecimento;

- Desenhar programas para promover o convívio intergeracional e/ou formação em voluntariado para aproximação dos/das jovens às pessoas mais velhas, numa cooperação e solidariedade entre diferentes gerações;
- Promover ações de formação a pessoas idosas para aquisição de competências no uso de tecnologias digitais;
- Criar um programa que permita a distribuição de equipamento informático pelas instituições e pelas pessoas idosas economicamente vulneráveis que vivem sozinhas;
- Implementar a figura do “assistente municipal para a pessoa idosa” com o objetivo de apoiar, acompanhar ou realizar tarefas diversas, como ir às compras, passear animais, ir à farmácia, fazer companhia ou pequenas reparações. Este programa deve ser composto por pessoas em regime remunerado e em regime de voluntariado com a adequada formação;
- Criar equipas multidisciplinares que acompanhem as pessoas mais velhas, nomeadamente em situação de pobreza, exclusão e isolamento, de forma a acionar de forma integrada e paralela os mecanismos pré-existentes a nível local e nacional, como prestações sociais, apoios na doença e na deficiência, entrada para estruturas residenciais adequadas, documentação, garantia de acesso aos serviços de saúde, apoio psicológico, ligação a serviços de voluntariado, entre outros;
- Criar Residências de Acolhimento para pessoas idosas que se encontrem em hospitais sem terem um agregado familiar para as receber, podendo a autarquia recorrer à recuperação de património

municipal imobiliário devoluto ou em mau estado, de preferência integrado na malha urbana da cidade;

- Sinalizar e monitorizar, de forma contínua, as pessoas idosas que vivem isoladas, com especial enfoque para a identificação de fatores de risco que podem levar ao suicídio.

Pessoas LGBTI

Quando falamos dos direitos das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo (LGBTI) falamos de direitos humanos basilares e inquestionáveis para todas as pessoas. No entanto, as pessoas LGBTI experienciam diversas dificuldades no seu quotidiano fruto de discriminação, nomeadamente em contexto escolar, no desporto, nos locais de emprego, no acesso aos serviços de saúde, entre outros.

Para o PAN urge desmistificar os tabus referentes às questões de género e das sexualidades denominadas não normativas e esclarecer sobre a inconsistência dos preconceitos, os quais não podem continuar a ser tolerados e aceites. Os municípios têm de ser locais de diversidade, tal como se têm vindo a construir ao longo da História.

- Promover, através do município, um inquérito sobre pessoas lésbicas, gay, bissexuais, trans, intersexo e ainda pessoas não binárias e de género não conforme, que vise o conhecimento da população sobre esta temática, bem como a sua sensibilidade para questões como discriminação, violência, entre outras;

- Elaborar, através do município, o Plano de Ação para o Combate à Discriminação em razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais;
- Realizar campanhas de sensibilização sobre a temática LGBTI que refiram expressamente os diversos tipos de discriminação, a sobreposição das discriminações e esclareça sobre as questões referentes à sexualidade humana e suas esferas;
- Realizar campanha de esclarecimento das famílias sobre as questões LGBTI na busca de prevenir e erradicar o preconceito e a violência contra crianças LGBTI;
- Combater o isolamento da população LGBTI em meios urbanos e principalmente nos meios não urbanos, com especial foco na população idosa LGBTI;
- Promover a integração das pessoas LGBTI migrantes e requerentes de asilo e realizar intervenções em comunidades de migrantes sobre esta temática.

Pessoas com Deficiência

As pessoas com deficiência têm direito à dignidade inalienável, à igualdade de tratamento, a uma vida independente, à autonomia e à plena participação na sociedade, sendo a acessibilidade um instrumento para o usufruto integral dos seus direitos. O PAN apresenta um conjunto de medidas com as quais pretende combater a discriminação, a exclusão e os preconceitos que as limitam ou impedem a sua integral participação na sociedade.

- Realizar interpretação simultânea em Língua Gestual Portuguesa em todas as sessões de câmara públicas e em todas as sessões da Assembleia Municipal, nomeadamente nas transmissões através da Internet;
- Disponibilizar serviço de interpretação de Língua Gestual Portuguesa nos diversos serviços da autarquia, nas empresas municipais e nos equipamentos municipais (desportivos, culturais, sociais, entre outros);
- Promover um concurso para criação de uma bolsa de técnicos de Língua Gestual Portuguesa;
- Implementar a assistência permanente de um técnico de Língua Gestual Portuguesa em todas as iniciativas da autarquia;
- Criar apoios específicos para crianças com deficiência ou doença crónica e para os/as seus/suas cuidadores/as, garantindo que mesmo em contexto pandémico e/ou de confinamento as suas terapias e tratamentos não recuam, nomeadamente através do fornecimento de equipamentos digitais para que as consultas se mantenham;
- Priorizar habitação municipal para as pessoas com deficiência e/ou para agregados familiares com pessoas dependentes com deficiência, devendo o município dispor de um leque de imóveis adaptados às distintas necessidades;
- Adaptar todos os parques infantis e juvenis para que se tornem inclusivos e permitam a sua utilização por crianças e jovens com deficiência;
- Pugnar pela isenção de pagamento de transportes públicos a pessoas com deficiência;

- Criar, em conjunto com os municípios da área metropolitana, redes intermunicipais de mobilidade rodoviária adaptada que garantam condições de transporte de qualidade e em segurança às pessoas com deficiência, com mobilidade condicionada e com dependentes;
- Criar infraestruturas de desporto adaptado e realização das obras necessárias para que em todos os equipamentos existentes (municipais e privados) seja possível o acesso e a frequência por pessoas com deficiência(s) e/ou diversidade funcional.

Mobilidade e Vias de Comunicação

No que diz respeito ao tema da mobilidade, o PAN defende uma mobilidade ativa, sustentável e eficiente, tendo como foco os transportes públicos e a mobilidade suave (caminhar, bicicletas e transportes públicos), intermodal e inclusiva, garantindo condições de acessibilidade (para toda a população, incluindo as pessoas com dificuldade de mobilidade, idosos, jovens e crianças) e uma eficiente conectividade interna (local) e externa (regional).

Cidades e vilas mais saudáveis, seguras, resilientes e sustentáveis

- Aumentar significativamente a área pedonal das cidades e vilas;
- Garantir a continuidade dos passeios, eliminando os “vazios” nos percursos pedonais;
- Manter e reparar equipamentos de apoio a pessoas que circulam a pé e ciclistas, como os bebedouros existentes, e instalar novos bebedouros, criando ainda instalações sanitárias públicas em mais locais públicos para melhoria das condições de fruição da mesma;
- Criar uma plataforma com percursos pedonais pelas freguesias, com a sinalização dos pontos mais interessantes, dos bebedouros e instalações sanitárias existentes, disponibilizada através da internet e de mapas colocados em diversos locais;
- Incentivar a partilha de viaturas entre particulares, recorrendo a parcerias com empresas, cabendo à autarquia a coordenação, planeamento, implementação e gestão de sistemas de transportes partilhados;

- Privilegiar sistemas de transporte individual e coletivo partilhados, através de protocolos com empresas de *car sharing* e *bike sharing*, com tarifas reduzidas para munícipes e estacionamento dedicado;
- Promover locais de qualidade e conforto, com sombra, nas paragens de autocarro;
- Utilizar em novas obras públicas pavimentos que não produzam ruído;
- Implementar um pavimento homogéneo e antiderrapante para promover a segurança de todos;
- Alargar os passeios em zonas de grande tráfego pedonal, criando percursos mais eficientes;
- Criar percursos mistos, pedonais e cicláveis, com pavimentos adequados.

Eixos cicláveis

- Criar uma rede integrada de eixos cicláveis, pensada numa perspetiva intermodal e inclusiva, por forma a permitir viajar de bicicleta por todo o concelho, garantindo a continuidade dos percursos;
- Criar um sistema de bicicletas partilhadas, com estações nos pontos principais do município, apoiado por um sistema com georreferenciação e pré-registo de utilizadoras/es;
- Integrar a rede de ciclovias na restante rede de meios de transporte, criando um plano intermodal, que integre transportes públicos, bicicletas, automóveis e estacionamentos;
- Implementar ciclovias dedicadas e independentes dos restantes transportes, preferencialmente unidirecionais (uma em cada sentido);

- Utilizar materiais reciclados ou ecológicos na execução das ciclovias.

Transportes Públicos

- Melhorar e modernizar os transportes públicos por forma a proporcionarem uma deslocação atrativa e confortável;
- Fortalecer as redes de transportes públicos, aumentando a área coberta, o número de rotas, bem como a respetiva periodicidade, e estruturando-as a nível supramunicipal;
- Promover o transporte escolar coletivo para reduzir o congestionamento junto às escolas;
- Aumentar o número de paragens dos transportes públicos, incluindo a possibilidade de paragem em vias designadas para o efeito;
- Permitir o transporte de animais de companhia, mesmo os de médio e grande porte, com os habituais meios de contenção legalmente previstos para a sua circulação na via e demais lugares públicos: transportadora, trela e/ou açaimo.

Estacionamento Público

- Criar estacionamento gratuito para carros elétricos em parques periféricos;
- Criar lugares de estacionamento seguros para bicicletas, incluindo a instalação de racks, junto a interfaces de transportes públicos, vias de comércio local, bem como em jardins públicos e entradas de estabelecimentos de ensino;

- Criar parques de estacionamento de bicicletas em loteamentos, parques de estacionamento municipais, entre outros.

Economia e Investimento Municipal

Para o PAN é muito claro que não pode haver desenvolvimento económico que não seja sustentável e que não respeite os limites do planeta.

O PAN defende assim a promoção da economia local, que deve seguir critérios de sustentabilidade ambiental, mitigação e adaptação às alterações climáticas, preservação dos ecossistemas e biodiversidade e de justiça social.

Empreendedorismo, inovação e responsabilidade social e ambiental

Se mesmo antes da crise sanitária o PAN já defendia a necessidade de se criarem condições para que cada cidadão e cidadã desenvolvesse os seus projetos pessoais, agora, mais do que nunca, acreditamos que é o momento de se impulsionar a criatividade e de se incentivar a livre iniciativa de cada um, não apenas numa ótica de possibilitar a realização pessoal, mas também de autonomização e defesa do emprego.

- Criar uma incubadora de projetos pessoais instalada num espaço físico constituído por salas de trabalho arrendáveis a um custo acomodável, serviços de restauração e uma residência para empreendedores/as e que servirá para colocar em contato empreendedores/as, investidores/as, escolas e instituições de ensino e empresas e negócios locais, em estreita colaboração na promoção de ideias inovadoras em áreas como as alterações climáticas, tecnologia e mobilidade;
- Apoiar os Grupos de Ação Local enquanto atores locais com responsabilidade na definição das estratégias locais e consequente implementação e acompanhamento, contando que adotem metodologias de participação envolvente;

- Criar, em parceria com as instituições do ensino superior e de maneira a transformar o município num Município do Bem Comum, programas de incentivo ao empreendedorismo social, que estimulem a implementação de modelos de negócios capazes de pensar o território e definam prioridades que contribuam para o desenvolvimento socioambiental e sociocultural das comunidades locais;
- Criar um gabinete de captação de investimento em áreas entendidas pelo PAN como estratégicas, como sejam as das alterações climáticas, da tecnologia, da mobilidade e da alimentação;
- Criar igualmente um Balcão de Apoio a candidaturas aos fundos comunitários existentes, que disponibilize apoio especializado e gratuito.

E porque o modelo extrativista-produtivista do «extrair-fabricar-descartar» é simplesmente inoportável considerando o caráter finito de muitos recursos naturais, incentivamos as ideias e negócios que adotem medidas que prolonguem a vida dos produtos e materiais atento o desígnio que se impõe da promoção de uma economia circular.

- Criar um armazém municipal que funcionará como plataforma de consciencialização para a reutilização e que receberá produtos usados que ainda tenham utilidade, fazendo a sua gestão para que possam ser levantados por quem deles necessite;
- Criar, em articulação com as escolas profissionais do concelho e com as empresas ligadas ao tratamento de resíduos elétricos e eletrónicos, um centro de reparação de produtos que possibilite a renovação de

produtos que serão, posteriormente, cedidos gratuitamente às associações e instituições de solidariedade locais;

- Disponibilizar espaços municipais com rendas acessíveis ou mesmo gratuitas, por períodos de três a cinco anos, a cidadãos/ãs e empresas que tenham projetos relacionados com a implementação de uma economia circular.

Turismo

Para o PAN, o turismo deve ser encarado como uma oportunidade e não como “a” oportunidade, razão pela qual defendemos que a avaliação do turismo no nosso país não pode ser reduzida ao impacto financeiro que tem no PIB e preconizamos um modelo de turismo que não coloque o país refém de um setor, antes um que assegure o desenvolvimento sustentável tendo em consideração os respetivos impactos na qualidade de vida das populações e nos ecossistemas. Queremos:

- Criar um programa municipal de auxílio à reconversão profissional, destinado aos profissionais ligados ao sector do turismo que estejam em situação de desemprego há mais de um ano e que pretendam trocar de carreira profissional, o qual conciliará a atribuição de um apoio financeiro com a disponibilização de assessoria especializada;
- Criar um programa direcionado a outras autarquias, de criação de sinergias e relações institucionais, com o qual procuraremos incentivar o turismo nacional através de políticas bilaterais de partilha de turistas;
- Reorientar as ações de promoção turística do município para territórios próximos e em regiões acessíveis por comboio, ao invés de promoção

no estrangeiro, e com enfoque em atividades com baixo impacto ambiental;

- Apoiar a criação de conteúdos de promoção do concelho, como roteiros turísticos temáticos, e fomentar a participação do município em feiras nacionais e internacionais, em parceria com as escolas de hotelaria locais;
- Estabelecer, em articulação com os concelhos limítrofes, um roteiro turístico diversificado, que transcenda a mera divulgação do património arquitetónico, gastronómico e cultural da região e que valorize também os costumes locais, com recurso a ferramentas interativas propositadamente construídas para o efeito;
- Participar ativamente na definição e implementação do plano regional de turismo a nível sub-regional, defendendo a promoção de um turismo sustentável, responsável e diversificado.

Agricultura e Florestas

Para o PAN é muito claro que o desenvolvimento da agricultura deve centrar-se em projetos que promovam a soberania alimentar, através da defesa e desenvolvimento da produção nacional, local, de proximidade, do tipo biológico, com baixa intensidade na utilização de produtos químicos e de água. A aposta neste tipo de agricultura defende, quanto a nós, não apenas os pequenos produtores e o ambiente, como também a estratégia de adaptação às alterações climáticas, tendo em conta a progressiva escassez de água que o país vai enfrentar.

- Criar campanhas de defesa do consumo de produtos locais, sazonais e biológicos;
- Fazer constar nos contratos-programa celebrados com o movimento associativo que prestem serviços de alimentação, uma cláusula de incentivo ao consumo local que permita premiar as associações que optem por se abastecer nos produtores do concelho;
- Promover mecanismos de escoamento, considerando a tendencial perecibilidade dos produtos agrícolas;
- Criar um Balcão de Apoio tendo em vista a formalização de candidaturas aos fundos comunitários existentes, contactando os agricultores potencialmente elegíveis ao invés de aguardar pela sua iniciativa;
- Implementar uma redução do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) às explorações agrícolas com culturas que requeiram baixa utilização de recursos hídricos.

No que respeita à floresta, consideramos ser urgente adaptá-la à nova realidade climática que vivemos. Sabe-se hoje que nunca venceremos os incêndios no combate, apenas na sua prevenção. Nesse sentido, são fundamentais o reordenamento florestal e a aposta em espécies autóctones mais resistentes aos incêndios, assim como a criação de mecanismos de remoção de obstáculos ao redimensionamento de parcelas para a gestão florestal e criação de incentivos aos serviços dos ecossistemas pela aposta em espécies com impactos ambientais positivos.

- Criar um programa municipal de incentivo à transformação da floresta que fomente a substituição de espécies invasoras, espontâneas ou plantadas pelo ser humano num registo de monocultura, por espécies autóctones e mais resistentes aos incêndios florestais, no seguimento da transição da floresta municipal;
- Reforçar os meios humanos e materiais das equipas de fiscalização municipal, tendo em vista, no quadro do pelouro da proteção civil e em respeito pela orgânica do Município, o cumprimento das regras de segurança florestal;
- Conceder incentivos financeiros a entidades que promovam a gestão florestal através da maximização das parcelas a gerir, como sejam a atribuição de um valor pecuniário fixo por hectare.

Comércio e Serviços

Se antes mesmo da crise sanitária provocada pela Covid-19 se exigia aos municípios a implementação de políticas públicas de defesa do comércio local, não apenas enquanto pólo gerador de emprego, mas também como fator de socialização e de dinamização do espaço municipal, agora, com todo o impacto negativo causado pela pandemia ao nível do comércio e serviços, resulta de forma ainda mais evidente essa necessidade.

Acreditamos que as Autarquias Locais cumprem um papel decisivo na proteção do pequeno comércio, razão pela qual perspetivamos as seguintes propostas em defesa do mesmo:

- Isentar de taxas, nomeadamente as devidas para efeitos de afixação, inscrição, instalação e difusão de mensagens de publicidade e de

ocupação do espaço público, durante o primeiro ano, as micro e pequenas empresas que se instalarem no concelho e, simultaneamente, fazer uma revisão em baixa dos valores devidos às empresas já implantadas no concelho;

- Adotar uma política de restrição mínima dos períodos de funcionamento dos estabelecimentos, desde que acautelado o cumprimento da legislação do ruído;
- Potencializar o espaço público, nomeadamente através dos mercados municipais enquanto espaços privilegiados de comércio local, mas também de convívio e de socialização intergeracional. Ao longo dos anos, estes espaços foram perdendo clientes devido às grandes superfícies, motivo pelo qual o PAN defende a urgência da sua revitalização, introduzindo novas funções, mas sobretudo recuperando estes espaços para distribuir e consumir produtos locais e regionais, de preferência sazonais e biológicos, promovendo a produção e a economia locais, diminuindo ao mesmo tempo a pegada ecológica;
- Implementar, em articulação com a ASAE, práticas de prevenção e combate à concorrência desleal, que protejam não apenas os clientes, mas também os comerciantes, a par da criação de um centro de atendimento autárquico ao consumidor e comerciantes;
- Conceder apoios às PME locais para a implementação do teletrabalho como meio para a harmonização da vida familiar e, simultaneamente, como ferramenta para a descarbonização.

Indústria

A atividade industrial é um importante motor de desenvolvimento económico e de emprego local, contudo não se pode sobrepor ao maior desafio que a humanidade enfrenta: as alterações climáticas. Queremos um setor industrial moderno que esteja totalmente adaptado a uma produção responsável.

- Atribuir incentivos de fixação às indústrias ligadas à transição energética, às energias renováveis, à mobilidade sustentável, à alimentação sustentável e à promoção da economia circular;
- Criar uma plataforma municipal para as simbioses industriais, onde os “resíduos” de uma indústria poderão ser utilizados como “matérias-primas” noutras indústrias;
- Participar, até um limite máximo anual, a aquisição de estações de medição da qualidade do ar e de monitorização do ruído às empresas, bem como a aquisição de soluções de apoio à microprodução de energias renováveis, incluindo tecnologias de armazenamento de energias renováveis em pequena escala, para as empresas que assinem o compromisso municipal para a descarbonização.

Emprego

A precariedade das relações laborais continua a manifestar-se a nível municipal. Associada a baixos salários e a horários desfasados, a precariedade é um flagelo que tem de ser ativamente combatido, sendo que as autarquias devem ser promotoras de um conjunto de boas práticas para a contratação e gestão de capital humano.

- Definir um quadro de medidas que facilite a conciliação entre a vida familiar e profissional no município e nas empresas municipais;
- Instituir uma política de direito ao descanso e ao “desligar” dos/das funcionários/as do município e das empresas municipais;
- Celebrar contratos de trabalho sem termo sempre que as tarefas e competências não assumam caráter sazonal ou temporário;
- Apostar na qualificação e formação profissional, com ações de formação dirigidas aos empregadores/as para sensibilização e reforço de competências que lhes permitam promover a contratação de pessoas em situação de maior vulnerabilidade, como migrantes, jovens, pessoas em situação de sem-abrigo;
- Assegurar que a remuneração auferida, ainda que em regime temporário de estágio, no que respeita ao emprego jovem, é adequada ao trabalho prestado, devendo ser reforçados os incentivos para conversão de contratos de estágio em contratos definitivos.

Administração do Município

Para o PAN, uma autarquia quer-se próxima dos cidadãos e cidadãs, o que se alcança com a implementação de políticas que alterem para melhor o quotidiano das populações, naturalmente, mas também com uma seleção de eleitos verdadeiramente disponíveis para conhecer as expectativas e anseios das pessoas e para, a partir delas, levar a cabo uma governação transparente e que envolva todos.

Para nós é muito claro que a autarquia deve estar ao serviço dos munícipes e não o inverso, pelo que a proposta de gestão que fazemos para a Autarquia de Valongo assenta em cinco pilares que visam colocar o cidadão/ã no centro da ação política: proximidade aos/às munícipes, prestação de um serviço público diferenciado, definição de uma cultura de exigência na gestão dos recursos públicos, promoção de boas relações institucionais e funcionamento eficiente e plural dos órgãos locais.

- Proximidade aos/às munícipes
- Instituir uma política de proximidade aos cidadãos, com a implementação de práticas facilitadoras do contacto e potenciadoras da participação cidadã, como a definição de um dia semanal de contacto com a população ou a instituição de referendos locais para matérias de reconhecido interesse municipal que sejam estruturantes para a área geográfica;
- Adequar o horário de funcionamento dos serviços municipais de maneira a atender às necessidades horárias das populações,

designadamente garantindo respostas em horários pós-laboral e apostando no atendimento diferenciado por agendamento.;

- Apostar numa verdadeira transição digital municipal, sem prejuízo da aposta em soluções presenciais adaptáveis, assente na desmaterialização e desburocratização de processos, que possibilite a participação à distância dos/as munícipes em segurança e comodidade, como seja a criação do portal do/a munícipe, uma ferramenta que permitirá a realização de atos administrativos à distância e concentrar informação relevante do/a munícipe na sua relação com a Autarquia, ou a criação de APPs para a realização de operações de rotina, como pagamento da fatura da água, agendamento de atendimentos ou mesmo de participação em sessões públicas de funcionamento dos órgãos;
- Garantir a transmissão em direto e posterior gravação das sessões públicas e consequente difusão nos canais de comunicação do município;
- Instituir um sistema de notificação automática de todos os atos administrativos, regulamentos administrativos dirigidos aos/às cidadãos/ãs, bem como da abertura da fase de participação pública;
- Convidar as associações, incluindo associações de estudantes, a assistirem e participarem nas assembleias municipais, concedendo-lhes tempo para intervir.
 - Prestação de um serviço público diferenciado

- Cumprir escrupulosamente os prazos legalmente aplicáveis relativamente aos serviços prestados pelo Município;
- Aplicar uma política fiscal municipal que priorize o coletivo, que respeite os princípios de justiça fiscal e redistributiva do IRS propondo a não devolução de IRS pelo Município e a não redução do IMI;
- Assegurar a transparência e celeridade no processo administrativo, em particular do processo de licenciamento ou de gestão territorial, promovendo a existência de códigos de boas práticas que combatam os fenómenos de corrupção e/ou a degradação do património imóvel;
- Implementar uma política de atracção de investimento e de apoio ao empreendedorismo local a quatro anos, com propostas de isenção ou de redução da derrama para as empresas de setores ambientalmente sustentáveis e, ao nível das taxas municipais, com a promoção de uma maior adequação das mesmas, através do estabelecimento de critérios sociais e ambientais;
- Divulgar no sítio do Município os elementos relativos ao registo de interesses dos/as titulares de cargos políticos nos órgãos municipais e dos dirigentes dos serviços do município;
- Criar um gabinete municipal de combate e prevenção da corrupção e reforço da transparência;
- Assegurar que a documentação institucional do Município se encontra em formato aberto e pesquisável, de modo a ser mais acessível aos/às munícipes;
- Garantir a divulgação atempada de informação institucional relevante, como seja a calendarização das reuniões, a publicitação dos

documentos que irão ser submetidos à deliberação dos órgãos da autarquia e respetivas votações, bem como as atas das reuniões e pareceres referentes às propostas;

- Assegurar que o Município é decisivo no que respeita à prestação de serviços públicos essenciais, como sejam abastecimento de água e a recolha e tratamento de resíduos;
- Implementar uma estratégia municipal de compras públicas ecológicas, com uma abrangência total em todos os procedimentos do concurso público, com a consideração dos critérios ambientais como critério de avaliação, sempre que os mesmos estejam disponíveis na Estratégia Nacional de Compras Públicas Ecológicas;
- Revisão dos regulamentos municipais de forma a incluir conceitos como o de sustentabilidade, economia circular, entre outros, envolvendo as forças políticas com representação nos órgãos do Município e a população;
- Definição de uma cultura de exigência na gestão dos recursos públicos;
- Garantir uma execução orçamental eficiente, seja do Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano, seja dos fundos comunitários, através da implementação de ferramentas de execução eficazes;
- Fazer um levantamento das empresas municipais existentes e aferir a sua viabilidade e pertinência, pugnando simultaneamente pelo escrutínio das que forem mantidas e a quem será exigido um sistema de reporte financeiro climático, que quantifique os riscos e

oportunidades relacionados com as alterações climáticas, com base nas melhores práticas internacionais;

- Assumir o compromisso “Zero Propaganda Institucional”, que fomente a transferência de verbas habitualmente utilizadas em publicidade e marketing para a melhoria dos serviços públicos, porque o erário público deve estar ao serviço das populações e não de interesses político-partidários;

Noutro domínio, procuraremos articular com autarquias vizinhas uma política de investimentos para a região, que congregue esforços e melhore a oferta pública.

- Recorrer a indicadores de sustentabilidade como instrumentos indispensáveis para a recolha de informação, planeamento, tomada de decisões e implementação de políticas de desenvolvimento sustentável.

Promoção de boas relações institucionais

- Iremos pugnar pelo exercício de uma magistratura de influência, que reivindique investimentos cruciais para o concelho, junto do poder central e em particular junto do Governo da República;
- Iremos reivindicar ao nível da transferência de competências, no âmbito da Lei 50/2018 de 16 de Agosto, um envelope financeiro compatível com as responsabilidades a assumir;
- Junto da Assembleia da República, apresentaremos um caderno de reivindicações anual a apresentar aos Grupos Parlamentares na fase que antecede a discussão do Orçamento de Estado na Generalidade,

sensibilizando-os para a necessidade das obras exigidas ao Governo que não foram executadas no concelho;

- Faremos depender junto das Entidades Intermunicipais e da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) o nosso acordo prévio ao nível da transferência de competências dos compromissos assumidos com o Município nas diversas matérias em que é chamado a pronunciar-se e iremos defender a promoção de projetos de interesse regional e supramunicipal;
- Envolver o Movimento Associativo na gestão do Município através da criação de conselhos municipais que funcionem em matérias estruturantes para o Concelho, aproximando os/as executivos/as das associações, nomeadamente as de desenvolvimento local, na construção e definição de políticas públicas locais.

Funcionamento eficiente e plural dos órgãos locais

- Promover a melhoria dos procedimentos de contratação de maneira a que os/as trabalhadores/as selecionados tenham o perfil indicado para as funções pretendidas;
- Valorizar os/as profissionais da Autarquia através de um investimento forte em formação contínua de qualidade focada no perfil de cada trabalhador/a da autarquia;
- Garantir o escrupuloso cumprimento do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública;
- Facilitar o teletrabalho numa perspetiva de harmonização da vida pessoal e profissional, mas também de incentivo à redução da pegada

ecológica, assegurando a existência de condições e infraestruturas de comunicação que permitam a sua implementação com qualidade e conforto;

- Garantir a divulgação, no sítio do Município, das propostas acolhidas pelo Executivo Municipal que sejam da autoria da oposição;
- Garantir igualmente que o prazo de resposta às interpelações feitas ao Executivo Municipal pelos grupos municipais não seja superior a trinta dias;
- Disponibilizar um espaço próprio para pronunciamento das forças da oposição no sítio do município e no boletim municipal;
- Assegurar o direito a consulta prévia aos documentos previsionais de contas e de implementar as suas iniciativas próprias, nomeadamente moções e resoluções, acolhendo-as sempre que as mesmas sejam economicamente sustentáveis e politicamente não conflitantes com o programa do PAN;
- Assegurar a transparência e celeridade no processo administrativo, em particular do processo de licenciamento ou de gestão territorial, promovendo a existência de códigos de boas práticas que combatam os fenómenos de corrupção e/ou a degradação do património.

Proteção Civil e Segurança

No universo das entidades com competências na proteção civil, o Município desempenha um papel fulcral pela proximidade às populações locais e pelo conhecimento profundo do território. É da responsabilidade do Município o

levantamento, previsão, avaliação e prevenção dos riscos coletivos no território concelhio assim como a afetação e mobilização de meios e recursos para a resposta aos acidentes e catástrofes e reposição da normalidade.

Há sempre realidades que necessitam de ser aprimoradas e tanto a Lei de Bases da Proteção Civil, a Lei da Proteção Civil Municipal assim como as recentes transferências de competências para as autarquias locais conferem aos municípios mais margem de manobra para o aprimoramento destas realidades.

Aumentar a proximidade junto das pessoas: as Unidades Locais de Proteção Civil

De acordo com o previsto na Lei de Bases da Proteção Civil (art.º 43 da Lei 27/2006, de 3 de julho) podem ser criadas as Unidades Locais de Proteção Civil (ULPC) no território das Juntas de Freguesia. As ULPC são constituídas por voluntários/as e entidades que se queiram associar (IPSS, associações), sob a direcção do/a Presidente de Junta, após parecer favorável da Comissão Municipal de Proteção Civil.

As Unidades Locais de Proteção Civil (ULPC) participam na avaliação das vulnerabilidades, na sensibilização e informação ao público e no apoio à gestão de ocorrências, nos termos definidos nos planos municipais de emergência, contribuindo também para dar uma primeira resposta ao acidente antes da intervenção do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC). A criação da ULPC é um instrumento estruturante para esta valorização preventiva e justifica-se pela dimensão e especificidades do território nacional e acréscimo de eficiência e conhecimento sobre o mesmo, prevendo-se assim

a melhoria da resposta para um conjunto de objetivos municipais, como a identificação de riscos e ameaças, sensibilização das populações, inventário e a atualização dos registos dos meios e dos recursos existentes nas freguesias com interesse para a proteção civil, o planeamento e o apoio logístico a prestar às vítimas e às forças de socorro, o levantamento, organização e gestão dos centros de alojamento a acionar em situação de emergência, colaborar com o SMPC na elaboração e execução de treinos e simulacros, propor as medidas de segurança para neutralização e mitigação das anomalias encontradas no seu território e fomentar o voluntariado para a proteção civil.

Dignificar e valorizar o trabalho dos bombeiros

Os Bombeiros Voluntários ou Profissionais (Sapadores) são os agentes de proteção civil que mais dependem do apoio dos municípios. Os corpos de bombeiros/as exclusivamente profissionais estão na dependência direta dos municípios, podendo ainda os municípios criar e manter corpos de bombeiros mistos (com elementos voluntários e profissionais).

O município de Valongo deve implementar medidas de dignificação dos Bombeiros Voluntários de Valongo e Ermesinde.

Incluir o socorro animal no Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC)

É crucial que no PMEPC esteja consagrado o socorro e resgate de animais com medidas concretas, planeadas e articuladas entre os vários agentes da proteção civil.

Para esse efeito o PAN quer:

- Criar planos setoriais de veterinária integrados no Plano Municipal de emergência de Proteção Civil;
- Assegurar a existência de hospitais de campanha médico-veterinários;
- Garantir formação aos agentes da proteção civil, polícia municipal, bombeiros e serviço médico veterinário em primeiros-socorros para animais e demais procedimentos de emergência;
- Divulgar, junto da população, a existência de um serviço de socorro a animais;
- Criar uma equipa de salvação e resgate animal municipal, cuja composição deverá integrar vários elementos, entre os quais licenciados/as em Medicina Veterinária com inscrição como membro efetivo na Ordem dos Médicos Veterinários, licenciados/as em Engenharia Zootécnica, licenciados/as em enfermagem veterinária, para além de outros/as especialistas cuja participação seja considerada relevante.

Animais de companhia

- Resgatar animais em situação de catástrofe, acidente ou incêndio.
- Equipar os bombeiros de materiais necessários ao resgate e salvamento de animais, como as máscaras de oxigénio para animais, ambulância de socorro a animais, entre outros;
- Assegurar a existência de os hospitais de campanha e estabelecer, através de protocolos com clínicas veterinárias e alojamentos para animais (hotéis para animais), uma rede de assistência médico-

veterinária e abrigo para animais resgatados em caso de acidente, catástrofe natural ou incêndio.

Animais Selvagens

- Garantir formação especializada de socorro a animais selvagens ou silvestres para os/as agentes de proteção civil municipal (bombeiros/as, elementos das Unidades Locais de Proteção Civil e eventualmente a outros/as agentes de proteção civil, em articulação com o serviço médico-veterinário);
- Assegurar o transporte em segurança dos animais socorridos para um Centro de Recuperação de Animais Selvagens;
- Incrementar os apoios humanos, logísticos e estruturais afetos aos Centros de Recuperação de Animais Selvagens;

Proteger as populações e grupos mais vulneráveis

As populações e grupos mais vulneráveis têm, em função da sua vulnerabilidade, maior dificuldade em enfrentar e recuperar do risco (acidentes, condições meteorológicas extremas, catástrofes naturais, epidemias). Nesta realidade, o Serviço Municipal de Proteção Civil deve identificar previamente as populações e os grupos que devido à sua vulnerabilidade económica, social, física, de saúde ou outra tenham à partida maiores dificuldades de resposta ao risco.

Tais populações e grupos devem estar identificados no Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC), bem como as respostas concretas aos riscos potenciais que incidem sobre as mesmas. Neste âmbito propomos:

- Integrar no PMEPC um sistema de respostas e meios alocados à prevenção e recuperação do risco e acidente das populações e grupos mais vulneráveis da comunidade;
- Incluir no PMEPC as organizações de intervenção social de modo a possibilitar ou ampliar uma rede de resposta social em caso de acidente grave ou catástrofe natural.

Planeamento e organização do território

A ocupação do território concelhio e a regulamentação das atividades humanas nele exercidas constitui um dos domínios de competências onde o município pode e deve desempenhar um papel determinante na defesa do equilíbrio entre a Natureza e o Ser Humano a nível local e, conseqüentemente, na promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável de futuro.

Planeamento urbano

- Implementar uma notificação dos/as cidadãos/ãs relativamente a novos processos de consulta pública que sejam abertos;
- Adotar progressivamente um planeamento urbanístico assente na lógica de “cidade 15 minutos”, que se baseia nos corolários de proximidade (os locais devem estar próximos), densidade (deve promover-se a concentração), diversidade (uso do solo deve ser diversificado) e acessibilidade (bairros devem estar ao acesso de qualquer pessoa independentemente dos rendimentos e ser complementados por uma boa rede de transportes), que implementam um modelo multiescala em que qualquer ponto da cidade a que os/as cidadãos/ãs precisam de aceder para satisfazer as suas necessidades está a 15 minutos;
- Incluir no planeamento urbanístico e de revisão do PDM critérios de desenho de cidades e vilas que promovam a saúde.

Atividades com impactos na ocupação do território e licenciamento

- Criar uma equipa permanente para análise do Impacto Ambiental das operações de loteamento, de urbanização e dos trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por operação de loteamento;
- Garantir, na análise dos loteamentos, que os espaços verdes cedidos têm áreas sustentáveis e com dimensão suficiente para serem de fato utilizados e não áreas sobrantes entre edifícios ou molduras dos mesmos;
- Criar incentivos para que os privados (investidores e particulares) instalem unidades de produção de energia, nomeadamente através da diminuição das taxas de licenciamento e apoio técnico;
- Criar um fundo que, tendo o objetivo de incentivar o investimento e soluções inovadoras no município, canalizará, mediante concurso público, financiamento para projetos que deem respostas aos problemas sociais e ambientais do município.

Organização do espaço urbano

- Assegurar o efetivo cumprimento da Lei das Beatas (Lei n.º 88/2019, de 3 de Setembro) no concelho, dotando os caixotes do lixo do município de cinzeiros e criando um sistema de incentivos para que os estabelecimentos comerciais do município assegurem a disponibilização de cinzeiros e equipamentos próprios para a deposição de resíduos de produtos de tabaco;
- Criar pontos de deposição de resíduos de construção e demolição;

- Criar pontos de deposição de resíduos verdes de jardinagem em locais estratégicos do município (i.e. locais onde predominem vivendas);
- Investir num projeto piloto que assegure a utilização de plástico reciclado no asfaltamento das estradas do concelho.

Bebedouros Municipais e Instalações sanitárias públicas:

- Assegurar a instalação de novos bebedouros nas cidades e vilas, bem como a reabilitação dos bebedouros existentes por forma a assegurar que os mesmos sejam inclusivos;
- Aumentar o número de bebedouros para animais de companhia nas cidades e vilas e, em especial, nos parques urbanos;
- Criar instalações sanitárias públicas em mais locais das cidades e vilas para melhorar as condições de fruição.

Prevenção de Acidentes

De acordo com o Programa Nacional de Prevenção de Acidentes, os acidentes são a quarta principal causa de morte a nível europeu. Os acidentes não só causam mortes, como também drenam recursos do SNS, geram situações de incapacidade de diferentes níveis e têm efeitos colaterais nefastos nas pessoas com maior proximidade às vítimas. Os acidentes podem e devem ser prevenidos.

Segurança rodoviária

Em 2019, os acidentes de viação provocaram 45503 feridos e 474 mortos. O concelho de Valongo não escapa a esta triste realidade, por isso, propomos:

- Analisar dados de acidentes, feridos, mortos e suicídios do município, identificar os locais mais críticos e as possíveis causas para tais dados, posteriormente elaborando planos de resolução dos prováveis fatores de risco;
- Efetuar ações de sensibilização junto das comunidades;
- Ouvir as comunidades relativamente aos fatores de maior risco identificados pelos próprios;
- Identificar e corrigir a ausência de iluminação e proteção nas vias rodoviárias e junto às passadeiras;
- Identificar zonas de maior sinistralidade com animais e encontrar soluções para a sua correção, designadamente através da criação de corredores verdes ou passagens subterrâneas que permitam a passagem em segurança de animais nesses locais.

Segurança pedonal

A segurança pedonal, ou seja, as condições de segurança para os pedestres, visa não só diminuir os números de atropelamentos e mortes por atropelamento, como também oferecer condições para a potencialização dos meios ativos e sustentáveis de locomoção.

- Construir passeios seguros em todas as vias caminháveis;
- Aumentar progressivamente as vias exclusivamente pedestres ou com eixos cicláveis;
- Identificar adequadamente, incluindo com sinalização luminosa, as passadeiras, com todas as medidas de segurança que se entenderem adequadas (semáforo, elevação do piso, lombas prévias à passadeira);

- Corrigir toda e qualquer sinalização que se possa revelar um obstáculo potencialmente causador de acidente para os pedestres por se encontrar a altura reduzida ou mal posicionada;
- Ouvir as comunidades relativamente aos fatores de maior risco identificados pelas próprias;
- Identificar zonas de maior sinistralidade e encontrar soluções corretivas.

Considerações Finais

Valongo pode ser um concelho dormitório, mas os seus habitantes não andam a dormir. Os Valonguenses sabem bem quem governou Valongo e, da esquerda à direita, todos levam com a culpa no cartório no que diz respeito à incompetência da gestão das contas do Concelho e à sua incapacidade em gerar melhores condições de vida para todos os valonguenses.

Com uma equipa multidisciplinar e focada em lutar pela nossa terra, o PAN apresenta-se em Valongo para ficar. Em nós podem depositar confiança para continuar a atuar no terreno pelas causas da natureza, dos animais e de todos os valonguenses. Valongo tem todo o potencial humano e um riquíssimo património cultural e natural, que não pode estar subordinado a interesses económicos.

Os ideais do PAN já estão muito presentes nos valonguenses. Colocar o PAN nos órgãos autárquicos de Valongo é um passo rumo ao progresso.

Dia 26 de setembro de 2021 contamos com o seu voto!

PAN Valongo